



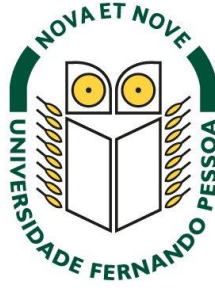
Universidade Fernando Pessoa

Curso de Mestrado em Docência e Gestão da Educação

Caroline Menezes de Oliveira

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS -
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2018**



Universidade Fernando Pessoa

Curso de Mestrado em Docência e Gestão da Educação

Caroline Menezes de Oliveira

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS -
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2018**

Caroline Menezes de Oliveira

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS -
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar**

Assinatura: _____

Dissertação de Mestrado em Docência e Gestão da Educação apresentado à Universidade Fernando Pessoa pela mestrande Caroline Menezes de Oliveira para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, na área de especialização Administração Escolar e Educacional, sob a orientação do Professor Doutor Rui L. Maia.

**Universidade Fernando Pessoa
Porto, 2018**

Sumário

As escolas têm como característica natural serem locus de atenção e cuidados permanentes, não somente por crianças serem suscetíveis a acidentes devido à inquietação e imprevisão, mas por apresentarem fatores de riscos que possam prejudicar a integridade física dos alunos. Em se tratando de escolas, as medidas de prevenção são as únicas maneiras de evitar acidentes. Estas estão determinadas em leis e nas políticas educacionais prevencionistas, que estabelecem uma série de normas e condutas a serem seguidas. Com isso, a presente pesquisa relata os resultados de investigação que objetivou identificar quais as principais políticas públicas prevencionistas criadas especificamente para os ambientes escolares. O levantamento documental das leis e programas brasileiros que fazem referência ao prevencionismo e a descrição dos principais fatores de riscos físicos, para melhor análise sobre as quais medidas atribuem a prevenção de acidentes em consonância com as leis, foram os principais objetivos específicos. A presente pesquisa teve como metodologia a abordagem qualitativa em caráter exploratório: o aprofundamento na compreensão dos fenômenos estudados, as ações dos sujeitos; a interpretação segundo a perspectiva dos participantes na situação enfocada; a análise de riscos sob as dimensões e categorias com base nas Normas Regulamentadoras (NRs) e no Plano Municipal de Educação do município de Cabo Frio – RJ. O público alvo da pesquisa foram as duas maiores escolas (pública e privada) do 2º Distrito da Cidade Cabo Frio, localizada na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. A escolha da cidade e escolha das escolas justificam-se devido às caracterizações sócio-demográficas, econômicas e a relação direta com o crescimento do setor industrial. Com a realização desta pesquisa, aspirou-se a contribuir para a identificação dos principais fatores de riscos de acidentes físicos nas escolas e compreensão da necessidade de mudança de comportamentos, para que a segurança de alunos e funcionários seja eficaz, proporcionando assim uma redução no número de ocorrências estatísticas de acidentes no ambiente escolar. É de fácil entendimento que as escolas regulares e cursos técnicos serão, de certo, fornecedores de futuros profissionais para a região. Sendo assim, a presente pesquisa trouxe a reflexão de como é importante trabalhar ideias prevencionistas no cotidiano escolar, aplicando com seriedade as políticas educacionais, pois nossos alunos serão os trabalhadores de amanhã.

Palavras-chave: escola; acidente; política educacional.

Abstract

Schools are considered locus of attention and permanent care, not only because children are susceptible to accidents due to restlessness and unpredictability, but also because they might present risk factors that can harm the physical integrity of the students. The application of preventive measures is the only way to prevent accidents at schools. These measures are determined by laws and preventive educational policies, which establish a series of norms and conduct to be followed. By these means, the present work reports the results of research that aimed to identify the main prevention public policies designed specifically for the school environment. The documentary survey of Brazilian laws and programs that refer to prevention and verification of the applicability of the norms were the main specific objectives of this research. The methodology used was based on the qualitative approach through an exploratory practice: the deepening in the understanding of the studied phenomena, the actions of the subjects; the interpretation of the situation according to the perspective of the participants; the analysis of risks under the dimensions and categories of Physical Security, Health, Quality and Education based on the Regulatory Norms (RNs) and the Municipal Plan of Education of the municipality of Cabo Frio - RJ. Students, teachers and school managers from the two largest schools (public and private) in the 2nd District of Cabo Frio City, located in Região dos Lagos in the State of Rio de Janeiro were the target public of the survey. Both the choice of the city and the choice of schools are justified by the socio-demographic, economic characterization and the direct relation with the growth of the industrial sector of the area. This research aims to contribute to the identification of the main risk factors of physical accidents in schools and the necessity to change behaviors, so that the safety of students and employees can be effective, thus providing a reduction in the number of accidents in the school environment. It is understandable that regular schools and technical courses will certainly provide future professionals for the region. Thus, the present research contributes with the reflection of how important it is to work with preventive measures to avoid accidents in the school routine through the systematic application of educational policies, because our students will be the workers of tomorrow.

Keywords: school; accident; educational politics.

Dedico este trabalho aos meus pais Regina Celia Menezes e Júlio Gonçalves por todo apoio e incentivo aos estudos até os dias de hoje.

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por todas as oportunidades concedidas e pela bênção da saúde e consciência.

No caminhar deste trabalho algumas pessoas foram fundamentais, permitindo que alcançasse meus objetivos, sendo assim, agradecer neste momento é um gesto que se faz necessário.

Primeiramente aos meus amados pais, por estarem presentes e apoiando todos os projetos sonhados.

Aos meus amados irmãos Grazielle Menezes e Marcos Almeida pelo incentivo aos estudos, mesmo em momentos difíceis.

Aos meus queridos amigos especiais Mirella Dias, Charles Aloisio, Humberto Siqueira e Giselly Pacheco pelas horas de alegrias no momento de cansaço.

Aos ilustres Doutor Rui L. Maia, pela orientação da dissertação e Doutor Felipe Macedo por ter acompanhado todo o percurso do curso.

Ao casal Amador e Leniz Magalhães pelo apoio e compreensão no momento de afastamento para apresentação da dissertação.

Às Professoras Palmyra Baroni e Gaby Quintal pelo suporte técnico na construção da dissertação.

À todos, o meu muito obrigada!

Índice Geral

Resumo	IV
Abstract	V
Dedicatória	VI
Agradecimentos	VII
INTRODUÇÃO	1
PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICO	
CAPITULO I – Aspectos Históricos	6
1.1. O prevencionismo no Brasil	6
1.2. A criação das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho	8
CAPITULO II – Conceitos e Aspectos Legais	12
2.1. Conceito de políticas públicas educacionais	12
2.2. O conceito de acidente escolar	13
2.3. Aspectos Legais – Normas, Leis e Projetos de Leis no Brasil	14
2.3.1. Lei Nº 2.644/2015 - O Plano Municipal de Educação (PME) da Cidade de Cabo Frio – RJ.	15
2.3.2. Projeto de Lei Nº 9.468/2018 – Capacitação do Corpo Docente e Funcionários - a nível nacional.	18
CAPITULO III – Aplicação das políticas públicas educacionais prevencionistas	21
3.1. O papel da escola na construção da cidadania	21
3.2. Aplicação das políticas públicas educacionais prevencionistas no Brasil	23
3.3. Cobertura de danos resultantes de acidentes em escolas	27
3.3.1. Seguro Escolar Público - Modelo português	27
PARTE II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO	
CAPITULO IV- ASPECTOS METODOLÓGICOS	31
4.1. Natureza da Pesquisa	31
4.2. Locus e Sujeitos da pesquisa	33
4.3. Instrumentos de coleta de dados	35
4.3.1. Coleta bibliográfica e documental	35
4.3.2. Aplicação de questionário	37
4.4. Procedimentos de Análise de Dados	38
4.4.1. Escala de Likert	38
4.4.2. Triangulação dos dados	39
CAPITULO V – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
5.1. Análise dos dados obtidos	42
5.1.1. Perfil Sociodemográfico das escolas	42
5.1.2. Verificação das Dimensões e Categorias de Saúde e Qualidade	45
5.1.3. Verificação das Dimensões e Categorias de Segurança Física	52
5.1.4. Verificação das Dimensões e Categorias da Educação	61
5.1.5. Quantitativo de ocorrências e tipos de acidentes físicos	66
CAPÍTULO VI – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	69
6.1. Checklist - Verificação da aplicabilidade das normas e leis prevencionistas nas escolas pesquisadas	69
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS	80

Índice de Figuras e Gráficos

Figura 1. Mapa da Localização Município de Cabo Frio no Brasil	34
Figura 2. Localização de Tamoios no Município de Cabo Frio. RJ – Brasil	34
Figura 3. Mapa da Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro – Brasil	35
Figura 4. Diagrama do processo de análise de triangulação dos dados.	40
Gráfico 1. Perfil Sociodemográfico da comunidade escolar. Número de matrículas e todos os anos e séries das escolas. Através da perspectiva dos gestores/professores.	42
Gráfico 2. Dimensão de Educação. Programa nacional ou estadual/municipal de prevenção de acidentes - Perspectiva de gestores e professores	61

Índice de Tabelas

Tabela 1. Tabela 1. NRs que poderiam ser adaptadas para a prevenção de riscos físicos no ambiente escolar.	9
Tabela 2. Projetos Educacionais Nacionais para prevenção de acidentes no ambiente escolar.	24
Tabela 3. Dimensões e Categorias.	40
Tabela 4. Perfil Sociodemográfico dos alunos.	43
Tabela 5. Perfil Sociodemográfico dos gestores e professores das escolas.	45
Tabela 6. Dimensão Saúde e Qualidade – Categoria Conservação do Prédio e Equipamentos das escolas - Perspectiva dos alunos.	46
Tabela 7. Dimensão Qualidade – Categoria Ergonomia. Perspectiva dos alunos, em relação às condições das salas de aula.	51
Tabela 8. Dimensão Segurança Física – Proteção contra incêndio. Aquisição de itens de segurança nas escolas - Perspectiva dos alunos.	53
Tabela 9. Dimensão Segurança Física. Prevenção a incêndio - Perspectiva de gestores e professores.	58
Tabela 10. Dimensão Educação. Categoria Projetos preventivistas. Perspectiva de gestores e professores.	62
Tabela 11. Dimensão Educação. Formação de Currículo – Noções de Primeiros Socorros - Perspectiva de gestores e professores.	64
Tabela 12. Quantitativo de ocorrências e Tipos de Acidentes. Perspectiva de gestores e professores.	66
Tabela 13. Confiabilidade na segurança da escola.	68
Tabela 14. Panorama final de verificação da aplicabilidade das NRs e Leis brasileiras.	69

Lista de Abreviaturas

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPA-	Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes
CLT-	Consolidação das Leis do Trabalho
CIPA-	Comissão Interna de Proteção contra Acidentes
EPI-	Equipamento de Proteção Individual
FA-	Frequência Absoluta
FP-	Frequência Percentual
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MTE-	Ministério do Trabalho e Emprego
NBR-	Norma Brasileira
NRs-	Normas Regulamentadoras
PCMSO-	Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCNs-	Parâmetros Curriculares Nacionais
PME	Plano Municipal de Educação
SAMU-	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SNS-	Sistema Nacional de Saúde
UNICEF-	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WHO-	<i>World Report on Child Injury Prevention</i>

INTRODUÇÃO

1.1. Justificativa

Considerando as práticas de ato inseguro e a existência de condição insegura, dados da Previdência Social Brasileira divulgados pela equipe administradora do Programa Trabalho Seguro demonstraram que o número de acidentes de trabalho registrados no Brasil aumentou de 709.474 casos em 2010 para 711.164 em 2011. De acordo com Bessa e Vieira (2001), devido ao crescimento elevado dos números, percebe-se através das estatísticas que a cultura de prevenção brasileira não é vista como prioridade, sendo necessário, na maioria das vezes, que os acidentes ocorram para só então, serem tomadas decisões efetivas e assim analisar os prejuízos, o que pode nos remeter a ideia de que a problemática da segurança e saúde não se restringe somente ao mundo do trabalho. De acordo com Amaral; Paixão (2007), no Brasil, os acidentes são as maiores causas de morte entre crianças de 1 a 14 anos. No ano de 2005, por exemplo, 21.040 mortes foram causadas por acidentes e violência, dessas, 1.762 (8,4%) ocorreram na Região Norte, 5.437 (25,8%) na Região Nordeste, 8.783 (41,7%) na Região Sudeste, 3.229 (15,3%) na Região Sul e 1.984 (9,4%) na Região Centro-Oeste.

É da cultura brasileira as preocupações com questões de segurança estarem voltadas quase que exclusivamente para com a violência, porém devido aos números expressivos, nos cabe refletir, pois é de conhecimento comum, que crianças e adolescentes passam no mínimo 30% de seu tempo no ambiente escolar.

1.2. Objeto e Problema da Pesquisa

As escolas têm como característica natural ser locus de atenção permanente, não somente por crianças estarem suscetíveis a acidentes naturalmente devido à inquietação e imprevisão, mas também deve-se levar em conta os fatores a seguir: a grande aglomeração de estudantes que interagem em tempo integral; a faixa etária dos estudantes; a condição dos espaços escolares; a falta de capacitações técnicas dos profissionais; e o descaso na aplicação das ações preventivas regidas pelas políticas públicas educacionais. Segundo os autores Sena; Ricas; Viana (2008), todos esses aspectos somam como fatores de riscos devido suas especificidades, transformando a escola em um ambiente com grande probabilidade de ocorrência de acidentes.

1.3. Pergunta de partida e Objetivos da investigação

Este trabalho surge como consequência do interesse suscitado a partir do aporte legislativo vivenciado através do curso técnico de Segurança do Trabalho e a experiência cotidiana do exercício no Magistério, originando a seguinte questão da pesquisa: em que medidas são aplicadas as políticas públicas educacionais de modo que sejam estabelecidas normas e condutas a fim de minimizar os riscos no ambiente escolar?

De acordo com Marinho (2017), a criação de políticas educacionais pertence ao grupo das políticas públicas sociais do país e foram instrumentos importantes de implementação dos movimentos e referenciais educacionais que se fizeram presentes através da Legislação Educacional Nacional, com isso, a presente pesquisa relata os resultados de investigação que objetivou identificar as principais políticas públicas educacionais criadas especificamente para a prevenção de acidentes físicos nos ambientes escolares.

Para melhor alcançar os resultados, foram definidos como objetivos específicos: o levantamento documental dos principais Programas Educacionais brasileiros que fazem referência ao prevencionismo nas escolas; a averiguação da aplicabilidade das NRs e Leis brasileiras através das medidas adotadas nas escolas que atribuem a prevenção de acidentes referentes às principais dimensões e categorias da Segurança Física, Saúde, Qualidade e Educação.

1.4. Estruturação da Pesquisa

A pesquisa está organizada em duas partes distintas, mas complementares: I. Referencial Teórico e II. Enquadramento Empírico. Os capítulos, embora independentes, procuraram atingir os objetivos propostos.

1.4.1. Parte I – Revisão de Literatura

Na parte I, a Revisão de Literatura teve importante papel na composição acadêmica, situando o estudo dentro da grande área de pesquisa da qual faz parte, circundando a problemática desta pesquisa, onde se destaca o crescimento do número de acidentes no âmbito nacional; e analisando os autores pesquisados sobre as condições de segurança no ambiente escolar. Para tal, o presente trabalho foi estruturado segundo as concepções dos seguintes autores:

Capítulo I -“Aspectos Históricos” - Ribeiro (2014) descreve os aspectos históricos do prevencionismo no Brasil, citando os principais projetos de leis e o progresso da política pública de prevenção de acidentes;

Capítulo II - “Conceitos e Aspectos Legais” - Carvalho (2009) e Mendes (2011) explicam o conceito de acidente e seus desdobramentos; Oliveira (2006) define

políticas públicas e cita as principais políticas educacionais brasileiras, realizado através do levantamento teórico documental.

Capítulo III – “Aplicação das políticas públicas educacionais preventivistas” - Bruini (2017), Escolano (1998) e Libâneo (2002) revelam os aspectos da escola cidadã, defendendo a ideia de cidadania e direitos aplicados nas políticas públicas educacionais, lembrando-nos da importância do espaço escolar como preparo para futuros trabalhadores; Bento (2017) exemplifica o modelo de política pública educacional preventiva portuguesa em uma proposta de estudo comparado com o Brasil.

Atualmente na Europa e América do Norte, de acordo com a UNICEF (2008), citado no livro *World Report on Child Injury Prevention*, um número considerável de revisões sistemáticas da literatura têm sido realizadas, na tentativa de encontrar o modelo de prevenção de acidentes mais eficaz, no entanto, compreende-se que somente as evidências não preveem uma receita para o sucesso, nem somente as abordagens específicas para tipologias ou contextos específicos, porém são grandes investidas que aprofundam a discussão de um tema ainda pouco explorado na América Latina.

1.4.2. Parte II – Enquadramento Empírico

Na parte II, a partir do Enquadramento Empírico, de acordo com abordagem metodológica qualitativa, foi realizado o levantamento documental de normas e leis que possuem texto sobre prevenção de acidentes e dos principais programas educacionais brasileiros e que atuam diretamente nas concepções preventivistas no ambiente escolar. Para a verificação da aplicabilidade das normas e leis preventivistas de acordo com as dimensões e categorias da Segurança Física, Saúde, Qualidade e Educação, fez-se necessário a aplicação de dois questionários, com universo amostral de 100 alunos e 20 profissionais da Educação entre gestores/professores, traçando assim, o perfil epidemiológico das escolas nos aspectos referentes à prevenção de acidentes, pois

é sabido que, a prevenção de acidentes não se faz simplesmente com a aplicação de normas, porém elas indicam o caminho obrigatório e determinam limites mínimos de ação para que se alcancem os recursos vigentes na legislação.

O público alvo dessa investigação foram as duas maiores escolas (pública e privada) do 2º Distrito da Cidade Cabo Frio, localizada na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. A escolha da cidade e escolas justifica-se devido às caracterizações sociodemográficas, socioeconômicas e a relação direta com o crescimento do setor industrial. Cabo Frio e as cidades vizinhas como Macaé e Rio das Ostras, são cidades compreendidas na Região dos Lagos, necessitam de grande quantidade de mão-de-obra trabalhista e especializada, devido ao aumento de indústrias para abastecimento e prestações de serviços no setor petroleiro do Estado do Rio de Janeiro. As escolas regulares e cursos técnicos são, de certo, fornecedores de futuros profissionais para essa região.

1.5. Resultados e Conclusão

A análise dos dados mostrou que atualmente existe uma grande distância entre a teoria (normas e leis) e a prática (ações preventivas). Sendo assim, a presente pesquisa almejou contribuir para a identificação dos principais fatores de riscos de acidentes e compreensão da necessidade de mudança de comportamentos, para que a segurança de crianças e adolescentes seja eficaz, proporcionando, assim uma redução no número de ocorrências estatísticas de acidentes no ambiente escolar, fazendo-nos refletir sobre como é importante trabalhar ideias preventivas no cotidiano escolar, pois nossos alunos serão os trabalhadores de amanhã.

PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICO

CAPITULO I – Aspectos Históricos

1.1. O prevencionismo no Brasil

Através da literatura estudada, a história do prevencionismo no Brasil iniciou-se basicamente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo nos anos de 1880 a 1920 e tais décadas guardam grande semelhança com o período da Revolução Industrial da Inglaterra de cem anos antes. Tal similitude apresentou-se não somente nos aspectos positivos, mas também na reprodução de prejuízos sofridos pelos trabalhadores a partir do processo do aumento do setor industrial.

De acordo com Ribeiro (2014), o Brasil possuía desde o ano de 1919, apenas uma lei que estabelecia normas para procedimentos com acidentes do trabalho, esta reformulada em 1934. De acordo com o autor, apesar da reformulação, tais leis foram suficientes no aspecto prevencionista, no entanto, elas limitavam-se apenas com a compensação do acidentado, ou seja, atuavam meramente quando o acidente ocorria. A ideia prevencionista brasileira teve origem real somente no começo da década de 1930, após a criação do Ministério do Trabalho, em 26 de novembro do mesmo ano. As primeiras ideias circundavam o despertar dos responsáveis pela ampliação industrial do Brasil, com a participação de autoridades, empresários e trabalhadores, para a prevenção dos acidentes e doenças do trabalho, sob o exercício da cidadania.

Segundo Ribeiro (2014), no ano de 1938 foi apresentado um Projeto de Lei para alterar a parte que mencionava os acidentes ocorridos no trabalho do Decreto nº

22.872, de criação do Instituto dos Marítimos. Nesse anteprojeto, em seguida transformado no Decreto-Lei 3.700 de 9 de outubro de 1941, foi incluído um capítulo destinado à prevenção de acidentes do trabalho. Em 1943, o Governo decidiu expandir às outras classes de trabalhadores as medidas de assistência e proteção ao trabalho. No mesmo ano, o ministro do trabalho difundiu as bases da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes, considerada um importante progresso. Vinculada com a ideia da ampliação progressista das Leis, constituíram-se diversas entidades, algumas de procedências privadas e outras de caráter oficial, apresentando por finalidades o ensino, a divulgação e as pesquisas na área da Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho. A pioneira destas entidades foi a ABPA (Associação Brasileira para a Prevenção de Acidentes) formada em 21 de maio de 1941, uma das organizações precursoras nos estudos na América do Sul.

Apenas em 1991, o conceito de acidente do trabalho foi estabelecido, descrito na Lei nº 8.213, de 24 de julho do mesmo ano e alterado pelo Decreto nº 611, de 21 de julho de 1992. Para melhor compreensão do problema desta pesquisa, fez-se necessário investigar a legislação referente aos termos utilizados. De acordo com Mendes (2011, p.18):

Acidente do trabalho é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho, a serviço da empresa, ou, ainda, pelo serviço de trabalho de segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporária.

Segundo Mendes (2011), os acidentes podem ser classificados em: acidente sem dano, acidente que não causa lesão pessoal; acidente de trajeto, acidente sofrido no itinerário da casa para o local de trabalho/escola ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, até mesmo transporte público ou privado; acidente impessoal, acidente cuja caracterização independe de existir acidentado, não podendo ser considerado como causador direto da lesão pessoal; acidente inicial, acidente impessoal desencadeador de um ou mais acidentes (ABNT 2001).

Para Mendes (2011), para que haja o acidente pessoal, requer que haja alguém que tenha sofrido algum tipo de lesão ou dano. Em relação aos danos, podemos incluir as lesões, as NBRs 14280 da ABNT (2001) citam em seu texto: "... a lesão pessoal abrangendo tanto lesões traumáticas e ou neurológicas, que tenham como resultados as exposições ou circunstâncias verificadas na vigência do exercício do trabalho".

A mídia vem divulgar e apresentar atualmente um número considerável de acidentes, doenças e mortes decorrentes do trabalho no Brasil. Estes números são alarmantes, sendo classificados por vezes como uma questão epidêmica o que vem dar o significado de que não se trata de uma problemática exclusivamente de quem se acidenta, ou das empresas que estabelecem o vínculo empregatício, ou ainda do governo ou de especialistas da área de segurança, mas sim de um caso de saúde pública e, portanto, de um problema social. Com o aumento dos eventos de acidentes na atmosfera do ambiente de trabalho, ao longo dos anos no Brasil, fez-se necessária a criação de leis e condutas para minimizar o crescente aumento de casos.

1.2. A criação das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho

No dia 8 de Julho de 1978, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo em vista padronizar, fiscalizar e munir orientações a propósito dos procedimentos obrigatórios alistados à segurança e à medicina do trabalho consentiu a aprovação de vinte e oito Normas Regulamentadoras (NRs). Atualmente, o documento geral conta com trinta e seis NRs que são atualizadas de acordo com os avanços de estudos e necessidades apresentadas. A ação do MTE foi perpetrada atendendo o disposto no Artigo 200, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o texto descrito pela Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977.

Conforme o MTE, as normas regulamentadoras citam as obrigações trabalhistas que devem ser desempenhadas por contratantes e contratados. Cada norma regulamentadora especificamente tem como objetivo evitar danos, prevenir acidentes e doenças provocadas ou que possam vir a ser agravadas pelo serviço, além de emitir as dimensões e categorias de riscos para, assim, serem evitados. Portanto, as NRs estabelecem os primeiros parâmetros e as básicas instruções sobre saúde e segurança, ajustando às leis com a sua aplicabilidade, de acordo com cada atividade ou função desempenhada, atuando para nortear as ações dos empregadores e orientar os funcionários, de forma que o ambiente de trabalho ou atuação se torne um local não somente profícuo, mas saudável e seguro.

No Brasil, no período em que as normativas para controle de riscos foram instituídas, alguns setores como o industrial, construção civil e outros, careciam de amparo legal. Contudo, é importante observar que nenhuma das NRs possuem normas estabelecidas para prevenção de acidentes com trabalhadores no ambiente escolar e nem fazem menção aos riscos previstos em escolas. O que nos faz refletir sobre os motivos que levaram o MTE a não inclusão e não categorização dos riscos neste ambiente também tão propício a acidentes.

Tabela 1. NRs que poderiam ser adaptadas para a prevenção de riscos físicos no ambiente escolar.

NRs (Normas Regulamentadoras)	Disposições
NR 1	Disposições Gerais
NR 2	Inspeção Prévia
NR 3	Embargo ou Interdição
NR 8	Edificações
NR 9	Programas de Prevenção de Riscos Ambientais
NR 17	Ergonomia
NR 23	Proteção Contra Incêndios

Fonte: CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

Periodicamente, as normas regulamentadoras sofrem alterações para se adequarem às necessidades aos novos métodos, ao avanço da tecnologia e às mudanças nas relações de trabalho. Contudo, ainda não se vê nenhuma expectativa efetiva quanto à inserção do ambiente escolar e sua classificação de risco. Pode-se entender que, da mesma maneira que não existe preparo adequado para o universo trabalhista, não se contempla um preparo para a preservação da vida e qualidade de saúde.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), referentes ao ensino médio, respondem claramente a essa questão, de acordo com os PCNs na parte I, Bases Legais, em Brasil (2000):

O Ensino Médio no Brasil está mudando. A consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.

Através dos objetivos descritos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e de acordo com os avanços sociais, revolução tecnológica e técnico-industrial, foi criado um novo perfil para o currículo, amparado nas competências básicas para a inserção de jovens na vida adulta. De acordo com os PCNs na seção IV do Ensino Médio Art. 35 em Brasil (2000) cita, “(...) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”.

A LDB, descrita em Brasil (1996) em seu Art. de nº36, explicita que o Ensino Médio é a “(...) etapa final da educação básica”, possibilitando ao aluno a construção de sua identidade. O Ensino Médio, por sua vez, passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental:

Art.35, incisos I a IV.

- a) aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos;

- b) garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania;

Embora atribuir qualidades para ingresso ao mundo do trabalho seja de competência dos Ministérios do Trabalho e da Educação, pode-se observar que na prática da aplicabilidade das leis, o Brasil ainda está muito distante, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas preventivas eficazes.

CAPITULO II – Conceitos e Aspectos Legais

2.1. Conceito de políticas públicas educacionais

Segundo Oliveira (1999), a definição de políticas públicas é mais bem compreendida se analisarmos separadamente cada significado. Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a *polis*. No entanto, a palavra pública é de origem latina, *publica*, e significa povo, do povo.

Compreende-se o significado dessa política, estabelecendo as relações. A Política fica a cargo dos órgãos políticos, setores da sociedade civil e é de responsabilidade do Estado, que embasa, sobretudo, as ações para a tomada de deliberações resultantes nas normatizações que administram o país, a Legislação. As Políticas Públicas abrangem todos os segmentos sociais de necessidades, estas são classificadas como Políticas Sociais, tendo como principal objetivo a determinação do padrão de proteção social regido pelo Estado, voltadas em princípio a distribuir benefícios sociais (INEP, 2006). Para exemplificar, podemos destacar o direito à educação. Para que este direito seja assegurado com qualidade e para todos os cidadãos, o governo desenvolve e estabelece a Política Educacional.

De acordo com Marinho (2017), no Brasil até pouco tempo atrás, a Política Educacional era definida através de diferentes naturezas, por ser um instrumento de uso normativo do Estado, abrangendo interesses políticos diferentes nos mais variados setores da sociedade. Sabe-se que a Política Educacional de um país está estabelecida na Constituição, através da menção dos direitos de cada indivíduo, tem por dever, ser conduzida e norteada pelas necessidades do povo, sempre respeitando o direito de cada cidadão e assegurando o bem estar comum de todos. Sendo assim, compreende-se que, o

exercício de edificar uma Política não se realiza de maneira simples e não é fácil de ser alcançado, pois se tratando de um país, são muitos e diferentes os anseios, objetivos e valores. Devemos lembrar que o principal documento normativo que estabelece a Educação Nacional e as políticas que assim as deliberam, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No progresso dos anos, a LDB foi reformulada até o modelo atual (datado de 1996) e vem passando por modificações de acordo com as políticas estabelecidas por governantes, para se adaptar ao fator qualidade e atender aos avanços da sociedade.

2.2. O conceito de acidente escolar

De acordo com Carvalho (2009), o significado para acidente vem sofrendo alterações ao longo da história, levando o tema para discussão à comunidade científica. Constando como: acontecimento casual, fortuito, imprevisto; acontecimento infeliz, casual ou não, que causa ferimento, dano, prejuízo, desastre (Ferreira, 2004 *cit in* Carvalho, 2009). Segundo Areosa (2010), acidente é um evento súbito, involuntário, que não se espera ou que não foi planejado, no qual a ação ou a reação de um objeto, substância ou radiação, resulta num dano pessoal ou material. Segundo Portugal (2013):

Os acidentes são frequentemente definidos em função da intenção que os originou, ou seja, “acidentes não intencionais” quando resultam de acidentes de trânsito, quedas, queimaduras, asfixia, intoxicações e afogamentos e “acidentes intencionais” quando são ocasionados por lesões autoprovocadas voluntariamente.

Para Martins e Andrade (2005), os alunos, principalmente na fase infantil, são muitas vezes vulneráveis a acidentes, por causa da sua imaturidade e curiosidade. Para Liberal et al. (2005), os acidentes com as crianças e adolescentes acontecem, devido à negligência pessoal, falta de habilidade, não percepção dos riscos, estresse, e desrespeito às instruções das normas e regras escolares. Portanto, no ambiente escolar,

muitas pessoas podem sofrer algum tipo de acidente, como acontece normalmente em qualquer outro tipo de empresa ou local de trabalho, o que respalda a preocupação nas escolas.

2.3. Aspectos Legais – Normas, Leis e Projetos de Leis no Brasil.

Para Carvalho (2008, p.26):

Em nosso país, todos os dias há pessoas adoecendo e morrendo em decorrência da falta de condições adequadas de Segurança e Saúde. Por isso, é muito importante que a educação dê a sua contribuição para o enfrentamento deste grave problema social.

Por isso, é necessário identificar e classificar os riscos, que podem ser encontrados de forma muito comum em nossas atividades do dia a dia e, portanto, é importante conhecê-los melhor e adotar o comportamento prevencionista.

Devido à importância desta problemática, o Ministério da Saúde criou no ano de 2001 a “Política Nacional de Redução de Mortalidade por Acidentes e Violência” abraçando as principais diretrizes, com o objetivo de possibilitar a adoção de comportamentos e de ambientes seguros e saudáveis; acompanhar as ocorrências de acidentes e de violências sistemáticas; ampliar e consolidar o atendimento pré-hospitalar, dando assistência interdisciplinar e intersetorial às vítimas de acidentes; estruturar e consolidar a assistência voltada à recuperação e à reabilitação; ampliar as verbas para o setor de recursos humanos e setor de desenvolvimento de novos estudos. Também em conformidade com a ação do Ministério da Saúde, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, nas três esferas federal, estadual e municipal, determina que todos passam a ter responsabilidade na consecução de medidas que contribuam com o desenvolvimento e a sustentação de ações que permitam

a manutenção de um ambiente escolar saudável e seguro.

De acordo com Amaral; Paixão (2007), o surgimento do Currículo Nacional para a Educação Infantil, torna-se importante, pois determina que profissionais da educação devam ser capazes de cuidar da segurança, auxiliar na identificação de situações de risco, bem como estarem aptos a trabalhar com medidas preventivas.

2.3.1. Lei Nº 2.644/2015 - O Plano Municipal de Educação (PME) da Cidade de Cabo Frio – RJ.

No ano de 2015, o Município de Cabo Frio aprovou o Plano Municipal de Educação (PME). Com o objetivo de garantir metas que determinam a qualidade do ensino, da infraestrutura das escolas, garantia ao acesso à Educação e melhorias salariais para profissionais da Educação, regido pela Lei nº 2.644, de 1º de Julho de 2015.

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, que será aplicado no Município de Cabo Frio, com duração de 10 (dez) anos.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação foi revisado e adaptado à Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação (PNE), sob a coordenação do Comitê de Acompanhamento do Plano Municipal de Educação, instituído pela Lei nº 2.644/2015, composto por representantes dos órgãos governamentais e da sociedade civil, mantido pela Secretaria Municipal de Educação – SEME;

Art. 3º O Plano Municipal de Educação – PME será regido pelos princípios da democracia e da autonomia, buscando atingir o que preconiza o art. 214 da Constituição Federal, a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, a Lei Federal nº

9394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, bem como a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar nº 12, de 27 de junho de 2012, que aprovou o Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Cabo Frio;

Art. 4º O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do Município de Cabo Frio, com suas respectivas metas, objetivos, ações e prazos, conforme dispõem os Anexos desta Lei.

O PME de Cabo Rio, localizado na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, tem como objetivos relacionar metas e estratégias para superar problemas de qualidade e acesso à Educação das crianças e adolescentes:

META 2: garantir o acesso de todas as crianças de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos ao ensino fundamental Municipal.

2.20) garantir infraestrutura de qualidade para cada unidade escolar do ensino fundamental;

2.21) estruturar as escolas do ponto de vista físico de forma a atender com dignidade e respeito às necessidades básicas de toda a comunidade escolar;

2.22) construir, reorganizar e ampliar a infraestrutura predial, de forma a garantir a acessibilidade, também visando a preocupação com a sustentabilidade socioambiental;

2.23) realizar levantamento das necessidades prediais da rede com base na atual demanda na projeção de crescimento das matrículas e na perspectiva da educação integral, estabelecendo prioridades para a implantação do projeto;

2.24) adequar os prédios já existentes à infraestrutura de qualidade estabelecida pelas especificações legais, atendendo 10% (dez por cento) ao ano, em relação a:

- a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal dos alunos;
- c) dependências para preparo e/ou serviço de alimentação;
- d) ambiente interno (salas de aula e salas para atividades específicas) e externo (pátio livre, área coberta e quadras esportivas) para o desenvolvimento das atividades escolares;
- e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
- f) adequação às características das crianças com deficiência;

2.25) substituir os prédios alugados, alocando todos os espaços utilizados pela Rede Municipal em prédios próprios;

2.26) planejar e definir prioridades de acordo com a demanda por cada área geográfica do Município, obedecendo ao limite quantitativo de alunos em sala, de acordo com a legislação vigente.

META 3: promover a progressiva universalização do ensino médio gratuito, articulado ou não com o ensino profissional.

3.5) exigir que o governo estadual apresente investimentos e políticas públicas eficientes que traduzam a qualidade socialmente referenciada ao ensino oferecido pela Rede Estadual;

3.7) promover reflexões sobre o mundo do trabalho e formação da cidadania;

3.9) implantar medidas pedagógicas e de infraestrutura que consolidem a identidade e a

qualidade do ensino médio;

3.11) apoiar e incentivar as organizações estudantis como espaço de exercício da cidadania participativa;

3.17) estabelecer convênios que possibilitem a inserção dos egressos dos cursos de qualificação profissional no mercado de trabalho;

META 4: garantir a escolarização adequada aos alunos com deficiência, oferecendo-lhes oportunidades para o exercício da cidadania, para a preservação da dignidade humana, para a busca da identidade e para a participação efetiva na sociedade.

Por meio do Plano Municipal de Educação do Município de Cabo Frio, pode-se estabelecer os principais parâmetros que situam as dimensões e categorias para prevenção de riscos de acidentes físicos nas escolas da região. Todavia, essas dimensões e categorias também encontram-se descritas nas Leis Regulamentadoras do Trabalho (NRs). O Plano Municipal de Educação em sua plenitude trata também da aplicabilidade das políticas públicas educacionais, abrangendo de forma eficaz em sua teoria, a inclusão de medidas estruturais, organizacionais, educacionais e pedagógicas para minimizar os problemas atribuídos ao Município.

2.3.2. Projeto de Lei Nº 9.468/2018 – Capacitação do Corpo Docente e Funcionários - a nível nacional.

De acordo com Brasil (2018), com a criação do Projeto de Lei nº. 9.468/2018 foi instituída a obrigatoriedade para escolas e instituições recreativas públicos e privados a capacitarem professores e funcionários oferecendo treinamento de noções básicas de primeiros socorros. Sendo assim o Congresso Nacional decretou:

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de estabelecimentos públicos e privados voltados ao ensino ou recreação infantil e fundamental a capacitarem seu corpo docente e funcional em noções básicas de primeiros socorros. Parágrafo Único – O curso será de periodicidade anual e deverá ser atendido por todos os professores e funcionários das unidades de ensino e recreação supracitadas, sem prejuízo de suas atividades ordinárias.

Art. 2º Os cursos de capacitação em primeiros socorros serão ministrados por entidades municipais ou estaduais, especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população tais como Corpo de Bombeiros, Serviços de Atendimento Móvel de Urgência, Defesa Civil, Forças Policiais, Secretarias de Saúde, Cruz Vermelha Brasileira ou serviços assemelhados, tendo como objetivo:

I - identificar e agir preventivamente em situações de emergências e urgências médicas;

II – intervir no socorro imediato do(s) acidentado(s) até que o suporte médico especializado, local ou remoto, torne-se possível.

Parágrafo 1º. O conteúdo dos cursos de primeiros socorros básicos ministrados deverão ser condizentes com a natureza e faixa etária do público atendido pelos estabelecimentos de ensino ou recreação.

Parágrafo 2º As unidades de ensino ou recreação da rede pública e particular deverão disponibilizar kits de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população.

Art. 3º O não cumprimento dos dispositivos desta Lei, implicará às instituições de ensino inadimplentes:

I – Advertência;

II – Multa de 5000 (cinco mil) reais, aplicada em dobro em caso de advertência reincidente;

III – Cassação de Alvará de Funcionamento, quando tratar-se de creche ou estabelecimento particular, ou responsabilização funcional e patrimonial, quando tratar-se de creche ou estabelecimento público;

Art. 4º Cabe ao Poder Executivo definir no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de publicação da presente Lei, os critérios para implementação dos cursos de primeiros socorros.

CAPITULO III – Aplicação das políticas públicas educacionais preventivistas

3.1. O papel da escola na construção da cidadania

Para Escolano (1998), o ambiente escolar possui entre alunos, funcionários e espaço físico uma relação que vai além das formalidades. A escola tem uma dimensão tanto simbólica como pedagógica. Através da sua arquitetura, por exemplo, que podemos ler e interpretar a História da Educação e, ao mesmo tempo, podemos ler a própria história dos poderes. É notório que a escola é o local que antecede o trabalho, tendo como função social “formar o cidadão”, isto é, construir conhecimentos, atitudes e valores que permitam ao estudante desenvolver seu senso crítico: analisar, questionar, opinar, entender, decidir e resolver. Permite ao estudante ser ético, solidário e participativo, o que lhe possibilitará ir de encontro aos seus anseios futuros. Segundo Escolano (1998, p. 64):

A este espaço que comunica, mostra a quem sabe ler, o emprego que o ser humano faz dele mesmo, que varia em cada cultura e que é um produto cultural específico, não só das relações interpessoais, mas também dos ritos sociais, à simbologia das disposições dos objetos e dos corpos, à sua hierarquia e relações.

Libâneo (2002) concorda que a escola é uma cultura organizacional, o funcionamento dela é o produto das relações instituídas entre a comunidade escolar. Essa cultura pode ser transformada pelas próprias pessoas, ela pode ser debatida, medida e projetada em uma direção que responda às finalidades da direção, da coordenação pedagógica, do corpo docente e discente; e esses fatores colaboram para a constituição de projetos pedagógicos escolares. Com isso, o conceito de cultura escolar surgirá sempre conexo, em comum espaço, que por sua natureza, destina-se à difusão dos conhecimentos e valores.

A escola como instituição de ensino poderá ser um espaço extraordinário para a construção da cidadania, pois é locus institucional do projeto educacional. Sem negar o valor da educação informal em outros espaços, a escola é o ambiente onde o processo de edificação do conhecimento se dá de forma sistematizada. Por caracterizar-se como a institucionalização das mediações reais, a escola pode antever que além da intencionalidade, estejam cobertas as condições objetivas de consolidação das ações pedagógicas impregnadas com as finalidades da cidadania. De acordo com Libâneo, (2002, p. 26):

A razão pedagógica, a razão didática, está associada à aprendizagem do pensar, isto é, a ajudar os alunos se constituírem como sujeitos pensantes, capazes de pensar e lidar com conceitos, para argumentar, resolver problemas, para se defrontarem com dilemas e problemas da vida prática. Democracia na escola hoje, justiça social na educação, chama-se qualidade cognitiva e operativa do ensino.

A escola, desta maneira, é quem deve andar em direção ao projeto educacional, lutando pela qualidade da educação para todos, incluindo a totalidade das ações educacionais como processo político-cultural e técnico-pedagógico de desenvolvimento social e de construção, não podemos esquecer-nos dos objetivos implícitos no papel educacional, da distribuição de conhecimentos científicos e tecnológicos socialmente importantes e relevantes para a cidadania. A este modelo de escola dá-se o nome de “escola cidadã”.

Compreende-se que educar para a cidadania é uns dos objetivos sociais fundamentais da escola, quando governantes e gestores têm essa consciência, resulta de imediato no reconhecimento de quão ampla e complexa é sua tarefa. Em meio à variedade de temas abordados e situações educativas que devem compor a trajetória de formação para e pela cidadania, as questões sugestivas ao ambiente do mundo do trabalho certamente não podem ficar de fora, principalmente as que se alistam à Saúde e à Segurança de quem trabalha, isto é, dos trabalhadores e empregados. Para Bruini (2017), a cidadania é um conceito em evolução, cujas diversas dimensões adquirem

relevância variada no discurso do tempo e em virtude do desenvolvimento das formações históricas.

Segundo Bruini (2017), no entanto, a escola cidadã, autônoma e participativa, somente se completa com o desenvolvimento de um projeto político pedagógico capaz de aglutinar os esforços na busca de melhores resultados para todos os alunos. Deve-se, para tanto, explicitar uma filosofia e harmonizar as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo a autonomia e definindo o compromisso com a comunidade. É evidente que a educação não se constitui sozinha, a cidadania é a condição indispensável para que essa se constitua. Não há formação para a cidadania sem o desenvolvimento do senso crítico, assim como também não haverá desenvolvimento pleno do educando se lhe negarmos o acesso a informações e conhecimentos úteis à sua vida. Nesta reflexão, cabe aos governantes e gestores pensar: “Como preparar para o trabalho sem tocar em questões relacionadas à segurança e à saúde no trabalho?”. E analisar: “Como fazê-lo sem buscar disseminar noções de prevenção, proteção e promoção da saúde, da segurança e da vida?”.

3.2. Aplicação das políticas públicas educacionais preventivistas no Brasil

A importância da criação e aplicabilidade das políticas públicas educacionais se justifica como ato de cidadania, tal como a criação de leis, projetos e programas como um instrumento para a mudança comportamental, pensando na escola como ambiente onde se prepara os futuros trabalhadores, sendo na fase escolar, o momento mais adequado para apresentar os conceitos de riscos e prevenção, os quais quando chegarem ao mercado de trabalho poderão estar expostos.

Para compreendermos melhor a evolução brasileira no que diz respeito ao desenvolvimento da criação de políticas públicas educacionais para prevenção de

acidentes, segue a tabela com os dados abaixo:

Tabela 2. Projetos educacionais nacionais para prevenção de acidentes no ambiente escolar.

Ano	Programa	Objetivo
1998	Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes	Fornecer indicadores de prevenção de acidentes.
2001	Programa Criança Segura na Escola	Determina ações para prevenção de acidentes com crianças a todo o território nacional.
2010	Programa Saúde na Escola	Conjunto de ações que contribuem para a formação de estudantes da rede pública e realizar ações que promovam a redução da morbimortalidade por acidentes e violências.
2012	Dia Nacional de Segurança nas Escolas – 10 de Outubro	Dar subsídios para que as escolas e os profissionais envolvidos para que possam incorporar a temática da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no cotidiano escolar, conforme estabelecido pela Lei nº 12.645/2012.
2012	Programa Trabalho Seguro	Desenvolvimento de ações educativas, pedagógicas e de capacitação profissional em todos os níveis de ensino, diretamente a estudantes, profissionais e empresários.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Word

Uma respeitável ação dentro desta conjuntura foi a “Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes”, criada em outubro de 1998 pela Sociedade Brasileira de Pediatria, com a finalidade de apontar indicadores de prevenção de acidentes (Filócomo et al., 2002). De acordo com a importância desta problemática, o Ministério da saúde adotou no ano de 2001 a “Política Nacional de Redução de Mortalidade por acidentes e Violência”, onde se baseiam as seguintes normas: promoção de condutas e de ambientes seguros e saudáveis, monitorização de episódios e ocorrências de acidentes,

sistematização, ampliação e consolidação do atendimento pré-hospitalar, assistência interdisciplinar e intersetorial às vítimas de acidentes e violência, estruturação e consolidação do atendimento referente à recuperação e à reabilitação, capacitação de profissionais e ajuda financeira ao desenvolvimento de estudos e pesquisas (Amaral; Paixão, 2007).

Um projeto interessante e ainda pouco conhecido no Estado do Rio de Janeiro é “O Criança Segura na Escola”; trata-se de um programa educativo que surgiu no ano de 2001 a partir de uma iniciativa na cidade de São José dos Campos no Estado de São Paulo, com a participação integrada de funcionários da empresa Johnson & Johnson, líderes da comunidade local, educadores, profissionais vinculados ao poder público e outras entidades com a proposta de organizar um projeto de trabalho que levasse a ideia de prevenção de acidentes com crianças a todo o espaço nacional.

Para Oliveira (2008), o governo brasileiro efetivou a ideia de prevenção como lançamento “Programa Saúde na Escola” no ano de 2010. O programa, em parceria com os Ministérios da Saúde e Educação, prevê ações que podem contribuir para a formação de estudantes da rede pública a realizar ações com objetivo de promover a diminuição da morbimortalidade por acidentes e violências.

O “Dia Nacional de Segurança nas Escolas”, 10 de Outubro, foi fundamental para a adoção do tema segurança dentro de uma abordagem educativa, a temática da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) no cotidiano escolar, conforme estabelecido pela Lei nº 12.645/2012. Este dia constitui a superação do senso comum, confirmando que os acidentes não são fatalidades inevitáveis. É necessário superar a cultura que naturaliza os acidentes de trabalho, ou seja, a abordagem que os trata como acontecimentos naturais, normais e inevitáveis.

Embasando os programas de prevenção de acidentes, temos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), criados pelo Ministério da Educação sob a resolução

CEB nº 3, de 26 de junho de 1998. Estes determinam, de forma extracurricular, que os acidentes devem ser analisados sob duas perspectivas: práticas de prevenção e medidas de primeiros socorros, por meio de aprendizagem e capacitação para ambos. Trabalhando com os recursos (materiais e humanos) disponíveis em cada unidade escolar. Permitindo que cada aluno e docente desenvolva a capacidade de identificar e evitar os principais riscos de acidentes, percebendo situações que possam por sua integridade física e das outras pessoas em risco, sendo capaz de tomar atitudes de responsabilidade e solidariedade em questões pertinentes à saúde coletiva (Brasil, 2010). Em complemento aos PCNs, no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Brasil, 1998), também encontram-se indicações da valorização e importância que os docentes devem ser capazes de zelar pela segurança das crianças e auxiliarem os alunos na identificação de situações de risco, como medidas preventivas, sendo assim é de nítida a compreensão de que para isto, é necessário total investimento para aprimoramento das capacidades e habilidades docentes.

Também no ano de 2012, foi criada a Resolução de nº 96, do Conselho Superior de Justiça do Trabalho, estabelecida em sessão realizada no dia 24 de Março de 2012. Tal resolução conta com sete diretrizes que tratam da prevenção de acidentes e garantia da qualidade dos serviços oferecidos. Uma das suas sete diretrizes fundamentais, a de número 3, constitui parte do “Programa Trabalho Seguro”. A diretriz “Educação para a Prevenção”, refere-se sob ao desenvolvimento de ações educativas, pedagógicas e de capacitação de sujeitos envolvidos em todos os níveis da Educação, fazendo menção diretamente aos estudantes, profissionais e empresários. Evitar acidentes em uma escola é aplicar o direito à cidadania, conforme a Lei das Diretrizes e Bases da Educação- LDB, 9.364, Art. 35. Sabe-se que a escola é um ambiente frequentado por muitas pessoas, sendo assim, merece ser vista com um olhar especial, pois tem um importante papel na sociedade e na comunidade onde está inserida.

3.3. Cobertura de danos resultantes de acidentes em escolas

Segundo Alves (2013), atualmente no Brasil com o sistema de saúde pública em crise em todo o país, as escolas e faculdades, estão recorrendo ao pagamento de seguro privado para garantir assistência médica e hospitalar aos alunos. Mesmo sendo opcional, a quantidade de adesão é de 100% nas escolas particulares que já oferecem o serviço. O Brasil necessita aprender com os bons exemplos de políticas públicas internacionais, pode-se citar como referência de seguro escolar público, o modelo português.

3.3.1. Seguro Escolar Público - Modelo português

Em Portugal, o Sistema Nacional de Saúde (SNS, 1999) instituiu o sistema de proteção - Seguro Escolar - com objetivo de garantir a cobertura dos danos resultantes de acidentes no ambiente escolar. Tal política foi assegurada através das parcerias dos Ministérios das Finanças, Educação e Saúde, denominado Seguro Escolar. De acordo com o regulamento, o seguro disposto no Diário da República, Portaria n.º 413/1999 de 8 de junho, compreende como acidentes, aqueles que ocorrem no espaço e tempo da atividade escolar e que provoquem lesão, doença ou morte do aluno, também estão incluídos os acidentes que ocorram no percurso casa-escola ou escola-casa. Considera-se ainda abrangido pelo Seguro Escolar o acidente que resulte de atividades desenvolvidas com o consentimento ou sob a responsabilidade dos órgãos de gestão do estabelecimento de educação ou ensino e ainda, o acidente em trajeto que ocorra no percurso habitual entre a residência e a escola e vice-versa desde que seja no período de tempo imediatamente anterior ao início da atividade escolar ou imediatamente posterior à prevalência dos acidentes em espaço escolar e percepção dos agentes educativos seu termo, dentro do limite de tempo considerado necessário para percorrer a distância do local da saída ao local do acidente.

De acordo com o SNS (1999), Diário da República, Portaria n.º 413/1999 de 8 de junho:

I- O Seguro escolar abrange:

a) As crianças matriculadas e a frequentar os jardins-de-infância da rede pública e os alunos dos ensinos básico e secundário, incluindo os ensinos profissional e artístico, os alunos dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo em regime de contrato de associação, e ainda, os que frequentam cursos de ensino recorrente e de educação extra-escolar realizados por iniciativa ou em colaboração com o Ministério da Educação;

b) As crianças abrangidas pela educação pré-escolar e os alunos do 1.º primeiro ciclo do ensino básico que frequentem atividades de animação sócio-educativas, organizadas pelas associações de pais ou pelas autarquias, em estabelecimentos de educação e ensino;

c) Os alunos dos ensinos básico e secundário que frequentem estágios ou desenvolvam experiências de formação em contexto de trabalho, que constituam o prolongamento temporal e curricular necessário à certificação;

d) Os alunos que participem em atividades do desporto escolar;

e) As crianças e os jovens inscritos em atividades ou programas de ocupação de tempos livres, organizados pelos estabelecimentos de educação ou ensino e desenvolvidos em período de férias.

O seguro escolar abrange ainda os alunos que se desloquem ao estrangeiro, integrados em visitas de estudo, projetos de intercâmbio e competições desportivas no âmbito do desporto escolar, quanto aos danos não cobertos pelo seguro de assistência em viagem a

que se refere o artigo 34º, desde que a deslocação seja previamente comunicada à direção regional de educação respectiva, para efeitos de autorização, com a antecedência mínima de 30 dias.

II- Noção do acidente escolar:

1 - Considera-se acidente escolar, para efeitos do presente Regulamento, o evento ocorrido no local e tempo de atividade escolar que provoque ao aluno lesão, doença ou morte.

2 - Considera-se ainda abrangido pelo presente Regulamento:

a) O acidente que resulte de atividade desenvolvida com o consentimento ou sob a responsabilidade dos órgãos de gestão do estabelecimento de educação ou ensino;

b) O acidente em trajeto nos termos dos artigos 21.º e seguintes do presente Regulamento.

III- Prevenção do acidente escolar

1 - A prevenção do acidente escolar traduz-se:

a) Em ações de informação e formação dirigidas aos alunos e ao pessoal docente e não docente, destinadas a prevenir ou a reduzir os riscos de acidente escolar;

b) Em programas da iniciativa das direções regionais de educação ou dos organismos centrais do Ministério da Educação que contemplem, designadamente, o estudo comparado dos meios utilizados por outras instituições congéneres, nacionais ou estrangeiras.

IV- Prestações do seguro escolar:

1-O seguro escolar garante ao aluno sinistrado a realização das seguintes prestações:

- a) Assistência médica e medicamentosa;
- b) Transporte, alojamento e alimentação indispensáveis para garantir essa assistência.

O Modelo de Seguro Escolar português descrito compõe um exemplo de política pública educacional que apoia o modelo socioeducativo complementando aos assegurados pelo SNS (Sistema Nacional de Saúde), onde são beneficiadas as crianças que estudam na educação pré-escolar, ensinos fundamental e médio da rede pública (SNS 1999). Portugal deu um grande passo na seguridade de discentes estabelecendo o direito um conjunto de políticas descritas em leis que definem claramente as ações a serem tomadas em casos de acidentes no ambiente escolar.

PARTE II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO

CAPITULO IV- ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1. A Natureza da Pesquisa

Segundo Bulmer (1977), levando-se em consideração o contexto deste estudo, o mesmo apresentar-se-á dentro da abordagem metodológica qualitativa de caráter exploratório. Proporcionando assim, um aprofundamento na compreensão dos fenômenos estudados, ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social; interpretando-os segundo a perspectiva dos sujeitos envolvidos na situação enfocada, sem se preocupar com representatividade numérica, generalizações estatísticas e relações lineares de causa e efeito. Para Bulmer (1977, p. 35).

A pesquisa qualitativa, utilizada para interpretar fenômenos, ocorre por meio da interação constante entre a observação e a formulação conceitual, entre a pesquisa empírica e o desenvolvimento teórico, entre a percepção e a explicação e se apresenta como uma dentre as diversas possibilidades de investigação.

O método qualitativo é importante e necessário para identificar e explorar os significados dos fenômenos observados e as interações que situam, possibilitando assim, instigar o desenvolvimento de novas abrangências sobre a variedade e a profundez dos fenômenos sociais (Bartunek; Seo, 2002).

De acordo com Trivinõs (1987, p. 130), a pesquisa qualitativa requer o enfoque dialético que parte da complexidade do real, “que é analisado em sua

aparência e em sua profundidade, para estabelecer ‘a coisa em si’, o número, que se definem e se justificam existencialmente na prática social”. A partir da década de 1970, com surgimento das tendências qualitativas, foi possível aplicar ao estudo das ciências humanas os mesmos princípios das ciências naturais, trazendo, assim, novas possibilidades de entender a realidade.

Em concordância com Hymann (1967), a pesquisa de forma geral, tem um caráter descritivo, na qual se descreve um fenômeno e registra a maneira que ele ocorre. A metodologia qualitativa, portanto, não é traduzida em números, mas, consegue verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva.

Sendo assim, para utilização do método qualitativo exploratório neste trabalho, foi realizado o levantamento de informações a partir da interpretação de dados disponíveis nas normas, guias, artigos, livros e contribuições dos pensamentos dos autores atribuindo-lhes significado e confrontando-os com a realidade da escola brasileira no que diz respeito às competências e aplicações das políticas públicas educacionais para a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Contudo, sendo necessária a compreensão e a classificação dos processos dinâmicos vividos, contribuindo para a mudança e possibilitando o entendimento das mais variadas minudências dos indivíduos.

Cabe ressaltar ainda sobre a natureza do estudo, também a metodologia quantitativa, por apresentar dados numéricos comparativos referentes às respostas do público-alvo em relação à investigação sobre os indicadores da aplicação das políticas públicas em segurança nas escolas. Os dados coletados quantificados serão demonstrados através de gráficos e tabelas com o intuito de organizar a investigação, gerar confiabilidade, fidedignidade e veracidade científica, possibilitando assim a complementação dos resultados obtidos através do referencial teórico-metodológico qualitativo. Esses dados quantitativos serão abordados e discutidos na análise dos dados da pesquisa, juntamente

com a análise documental e bibliográfica.

4.2. Locus e Sujeitos da Pesquisa

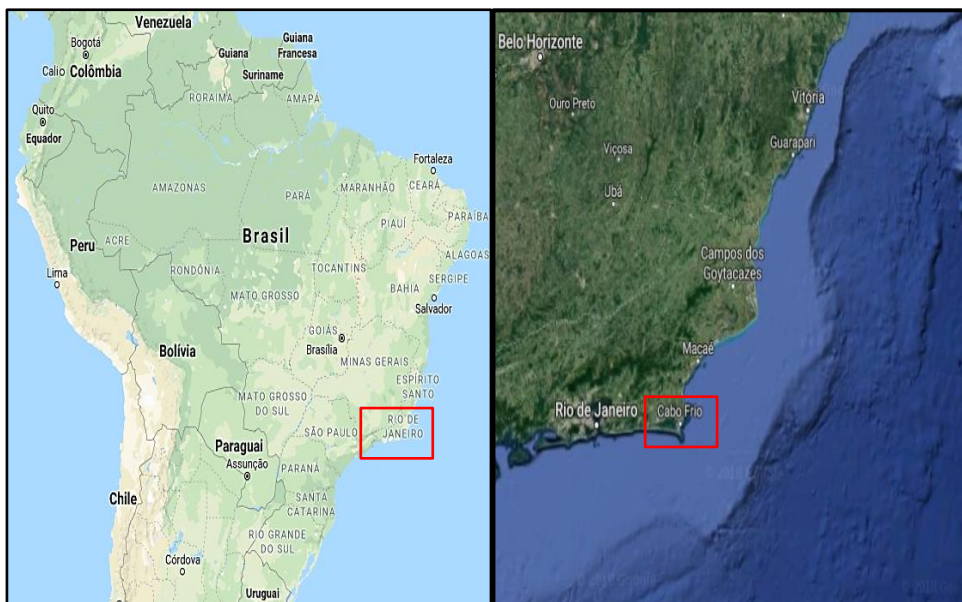
A presente pesquisa foi desenvolvida no Município de Cabo Frio (Figura 1), especificamente em seu 2º Distrito, Tamoios (Figura 2). De acordo com o Site Institucional do município de Cabo Frio (2018), o distrito tem aproximadamente 56 mil habitantes. Tamoios é responsável por 80% dos *royalties* que o município de Cabo Frio recebe pela exploração de petróleo em sua plataforma marítima.

Cabo Frio é um município brasileiro da Região dos Lagos localizado no Estado do Rio de Janeiro. Segundo o site institucional do Município, Cabo Frio foi “descoberto” por Américo Vespúcio no ano 1503, na época, havia somente os índios tamoios (habitantes da terra) e os portugueses que viajavam rumo ao Ocidente em busca de “novas” terras e riquezas.

Atualmente, de acordo com o Censo de 2017 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Cabo Frio possui 216.030 habitantes com uma extensão territorial de aproximadamente 410.418 km², sendo considerada a maior cidade da Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. Contudo, foram dois fatores que justificaram a escolha do Município para o estudo: Cabo Frio é o Município da cidade da Região dos Lagos com maior economia, exercendo grande influência no cenário estadual e brasileiro, devido ao polo turístico e a crescente industrialização, o que atraiu numerosos trabalhadores de todo o Brasil. Portanto, as escolas regulares, faculdades e cursos técnicos, são de certo fornecedores de futuros profissionais para essa região. Sendo assim, foram escolhidas as duas maiores escolas do 2º Distrito de Cabo Frio, Tamoios, uma representando a rede particular (legalizada) de Ensino e outra representando a rede pública de ensino, totalizando um quantitativo de mais de 1500

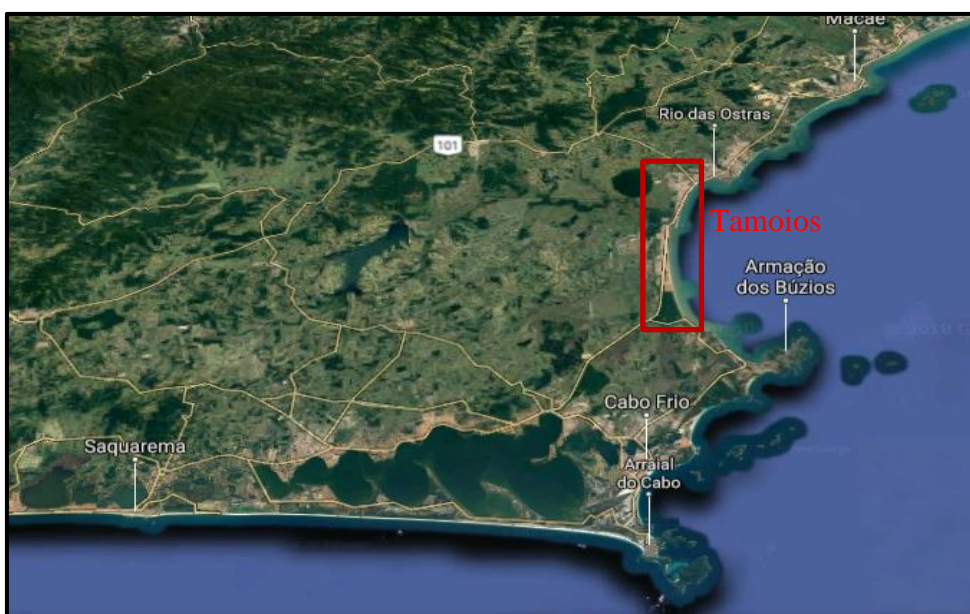
alunos e 150 profissionais da Educação. Tal número foi relevante para a escolha dos sujeitos e validação dos dados.

Figura 1. Mapa da Localização Município de Cabo Frio no Brasil.



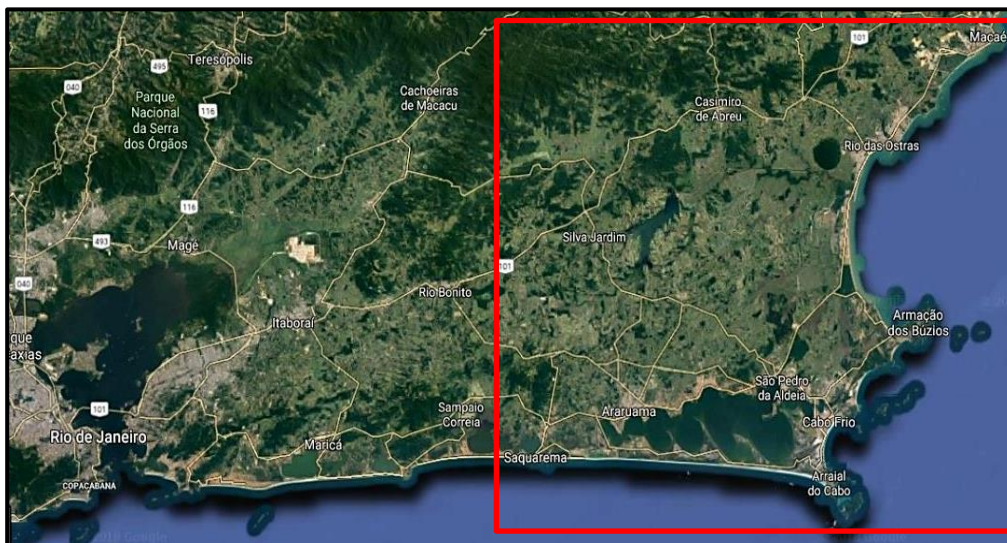
Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

Figura 2. Localização de Tamoios no Município de Cabo Frio. RJ – Brasil



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

Figura 3. Mapa da Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro – Brasil.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

Conforme Ruiz (1996, *cit. in* Aguiar, 2008), o sujeito de uma pesquisa pode ser definido como a pessoa, o fato ou o fenômeno sobre o qual se quer saber algo. Para Morin (2005), é importante destacar que em relação aos sujeitos, ainda que já explicado o papel do pesquisador, sob uma perspectiva de noção de que os sujeitos (pesquisados) podem ser múltiplos (pessoas e documentos) e complexos. Os sujeitos utilizados para tal investigação, de acordo com a justificativa da escolha do locus da pesquisa, foram o quantitativo de 100 alunos, distribuídos entre as séries de ensino fundamental e médio (escola privada e pública) e 20 professores/gestores (escola privada e pública) do 2º Distrito do Município de Cabo Frio.

4.3. Instrumentos de coleta de dados

4.3.1. Coleta bibliográfica e documental

A revisão bibliográfica é considerada uma fonte de coleta de dados secundária, e pode ser definida como: contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado.

Abrangendo toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (Lakatos; Marconi, 2001). Para Vergana (2000, p. 36):

A pesquisa bibliográfica é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à temática, fornecendo ao investigador um instrumento analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, ou podendo esgotar-se em si mesma.

A coleta documental é muito semelhante à revisão bibliográfica, a diferença entre elas está na natureza das fontes: a bibliográfica se utiliza das contribuições de diversos autores e a documental vale-se de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, podendo ser reelaboradas de acordo com os objetos e objetivos da pesquisa (Gil, 1999).

Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. Para Gil (1999) este tipo de pesquisa torna-se particularmente importante quando o problema requer muitos dados dispersos pelo espaço, sendo bastante utilizada em pesquisas puramente teóricas e naquelas em que o delineamento principal é o estudo de caso, pois aquelas com esse tipo de delineamento exigem, em boa parte dos casos, a coleta de documentos para análise.

Este trabalho, por sua vez, considerou a revisão bibliográfica e a análise documental como etapas fundamentais do processo investigativo da pesquisa, pois estas forneceram, respectivamente, todo o embasamento teórico e análise de documentos já existentes em relação às leis e normas da segurança do trabalho. Permitindo assim, o suporte e interpretação dos dados quantitativos coletados através dos questionários realizados com o público-alvo e possibilitando a elucidação sobre a

aplicação efetiva das políticas públicas em segurança no ambiente escolar e a possibilidade de proposta de leis e normas específicas para este mesmo ambiente.

4.3.2. Aplicação de questionário

As técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, corresponde à parte prática da coleta de dados (Lakatos; Marconi, 2001). E, como outro instrumento fundamental para isso utilizou-se, neste trabalho, o questionário. Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 48), o questionário “refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados. O questionário permite alcançar um maior número de pessoas, é econômico, padroniza as questões possibilitando uma interpretação uniforme dos respondentes, o que facilita a compilação e comparação das respostas escolhidas, além de permitir o anonimato ao interrogado (Laville; Dionne, 1999).

De acordo com Mattar (2001), quanto à amostragem, existe uma diversidade de tipos de amostra e de planos de amostragem, para este estudo entendeu-se que a melhor opção seria a amostragem não-probabilística. Este tipo considera uma dependência do julgamento do pesquisador ou do entrevistador de campo para a seleção dos elementos da população para compor a amostra. As amostragens não-probabilísticas ainda se subdividem em 4 tipos e para este estudo foi escolhida a do tipo intencional (ou por julgamento), que consiste em ter os elementos selecionados seguindo um critério de julgamento pessoal do pesquisador.

Neste estudo foram aplicados dois questionário com perguntas fechadas e de múltipla escolha e para elaboração das perguntas seguiu-se as orientações propostas por Triviños (1987, p. 28), “(...) as perguntas propostas ao sujeito devem ser claras,

precisas, expressas numa linguagem natural, adequadas ao ambiente no qual se realiza a pesquisa e devem apontar os principais indicadores do problema que está sendo discutido”. Isto exige do pesquisador uma atividade prévia do contato com o meio no qual se realizará o estudo.

Estes questionários foram elaborados com auxílio da ferramenta *Google Docs*, e foram aplicados a dois grupos distintos, um grupo de 20 gestores e/ou professores e outro de 100 alunos da região dos Lagos, RJ – Brasil.

Ao grupo de gestores foram redigidas perguntas relacionadas principalmente à capacitação de funcionários para atuar em nível básico com segurança no ambiente escolar e também quanto à existência de alguns indicadores da aplicação das políticas públicas de segurança dentro da escola (anexo 1). Já para o grupo de alunos foram elaboradas questões que indagavam, principalmente, sobre a estrutura física da escola, para verificar o quão seguro, segundo as propostas de políticas públicas já existentes, está este ambiente sob o olhar deles (anexo 2).

A elaboração das perguntas exigiu uma investigação prévia dos indicadores para o ambiente em questão, estas foram elaboradas de acordo com a bibliografia (literatura, normas e leis preventivistas) já existente e adaptada aos objetivos da pesquisa, desta forma provendo a confiabilidade da aplicação deste instrumento, considerando as orientações de Triviños (1987).

4.4. Procedimentos de Análise de Dados

4.4.1. Escala de Likert

A análise dos dados obtidos através dos questionários foi realizada através da técnica de Rensis Likert (Likert, 1932), um método de escalas, onde as respostas para

cada item variam de acordo com o grau de intensidade. Essa escala é ordenada em categorias, igualmente espaçadas e com o mesmo número de itens que é bastante utilizada em pesquisas organizacionais na área de gestão de qualidade. Geralmente são utilizadas quatro ou cinco categorias na escala de Likert, 0 - discordo totalmente, 1- discordo, 2- nem concordo e nem discordo, 3- concordo e 4- concordo totalmente.

Neste estudo os sujeitos que responderam as questões assinalaram as respostas de acordo com o grau em que concordam com o conjunto de afirmações apresentadas, numa escala, baseada na escala de Likert, com opções dicotômicas, “SIM”, “NÃO”, “NÃO SEI” ou “BOM”, “REGULAR”, “RUIM”. Mas também para conseguir um melhor esclarecimento sobre alguns indicadores, as opções em múltipla escolha, tinham indicadores mais específicos relacionados ao assunto abordado.

4.4.2. Triangulação dos dados

Para a análise dos dados empíricos foi utilizado o método de triangulação. Através da análise das referências (NRs, PCNs; PME/CF; Lei N° 12.645/2012 e PL N° 9.468/2018) pode-se estabelecer os principais parâmetros que situam as dimensões e categorias para prevenção de acidentes físicos no ambiente escolar (tabelas 3 e 4).

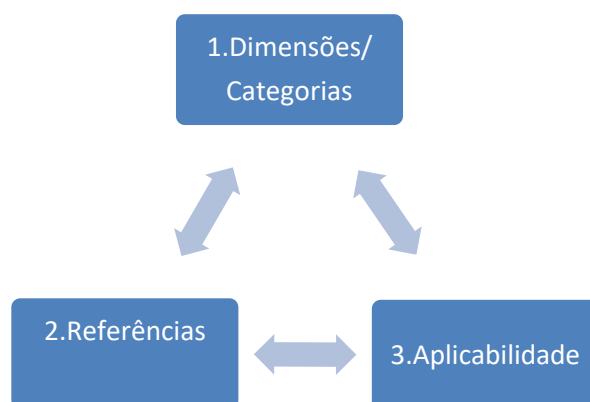
Tabela 3. Dimensões e Categorias.

Dimensão/Categorias	Referências (Normas e Leis)
Saúde e Qualidade <i>Conservação do Prédio e Equipamentos das escolas</i> <i>Ergonomia</i>	NR 8 NR 17 PME/CF - Lei 2.644/2015
Segurança Física <i>Aquisição de itens de segurança nas escolas</i>	NR 23
Segurança Física <i>Proteção a incêndio</i> <i>Prevenção a incêndio</i>	NR 23
Educação <i>Programa nacional ou estadual/municipal de prevenção de acidentes; Projetos preventivistas.</i> <i>Currículo. Formação para Primeiros Socorros</i>	Lei nº 12.645/2012 Lei nº 9.468/2018

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Word.

Segundo Triviños (1987) e Yin (2001), a triangulação é uma técnica de análise de dados que constitui uma das etapas no processo de pesquisa, que consiste em, simultaneamente, descrever, explicar e compreender, a ideia do sujeito e/ou documento à medida que seja possível.

Figura 4: Diagrama do processo de análise de triangulação dos dados.



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Word

Yin (2001) orienta o uso de múltiplas fontes de referências para tornar as conclusões do estudo mais acuradas e para corroboração dos fatos investigados indica que seja feita uma convergência de linhas de investigação, ou seja, uma triangulação de fontes, permitindo, segundo Creswell (2003), que os dados sejam validados por meio da comparação entre fontes de dados distintas, verificando e analisando a evidência dos dados e construindo uma justificativa para o tema abordado.

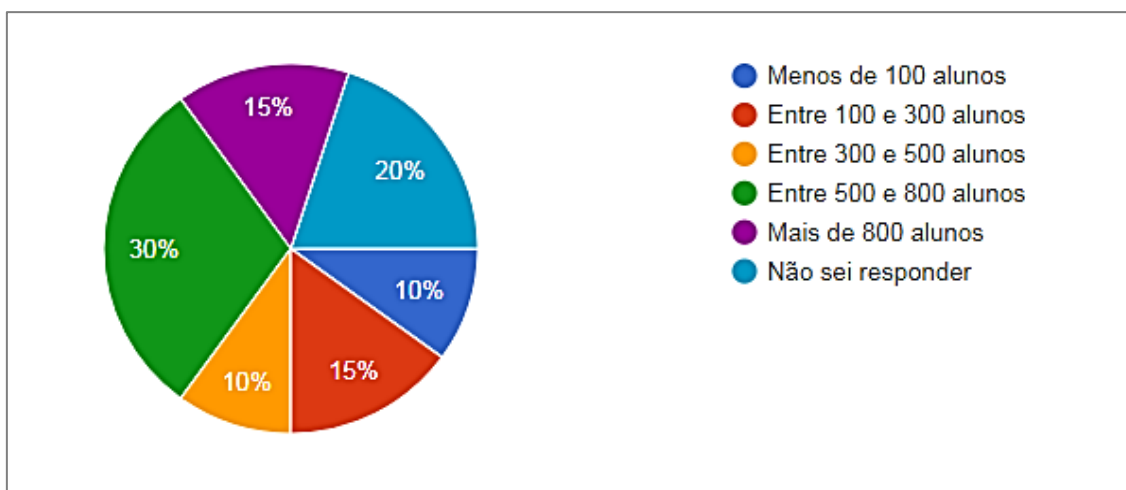
CAPITULO V – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. Análise dos resultados

Através da triangulação dos dados analisados foi constituído um *checklist* (lista de verificações) para averiguar a aplicabilidade das leis no que se refere à segurança física e ações preventivas nas escolas pesquisadas (*1. Dimensões e Categorias; 2. Referências e 3. Aplicabilidade*). Tal construção foi determinada através dos questionários aplicados aos alunos, gestores e professores das escolas.

5.1.2. Perfil Sociodemográfico das escolas

Gráfico 1. Perfil Sociodemográfico da comunidade escolar. Número de matrículas de todos os anos e séries das escolas. Através da perspectiva dos gestores/professores.



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

De acordo com o gráfico 1, as escolas investigadas, por sua vez, têm em sua maioria, entre 500 a 800 alunos (30%). Escolas com 100 a 300 alunos tiveram um percentual de 15% das respostas, outros 15% foram para escolas com mais de 800 alunos, 10 % escolas com 300 a 500 alunos, outros 10% para as com menos de 100 alunos e 20% dos entrevistados não souberam responder a quantidade de alunos matriculados na escola em que atua.

Tabela 4. Perfil Sociodemográfico dos alunos.

Categorias	Indicadores	*FP (%)
Tipo de escola	Particular	50
	Pública	50
Sexo	Feminino	58
	Masculino	41
Faixa etária	10 a 12	25.3
	13 a 15	31.3
	16 a 18	41.4
	Mais de 18	2

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

***FP = Frequência Percentual:** refere-se à porcentagem do total de respostas.

1. Dimensão e Categorias

Na tabela 4, pode-se inferir que não houve diferença entre a quantidade de alunos de escolas públicas e privadas, a maioria dos alunos que respondeu a este questionário foi do sexo feminino, abrangendo diferentes faixas etárias, entre 16 a 18 anos (41.4%) e 13 a 15 anos (31.3%), contando ainda com alunos de 10 a 12 anos (25.3%) e uma minoria de alunos com mais de 18 anos (2%).

2. Referências

O resultado acima nos remete a uma reflexão sobre a importância do papel do gestor e do professor nos dias atuais. De acordo com Libâneo (2005, p. 332), “... o gestor é o articulador entre a escola e a comunidade”, este por sua vez deve conhecer o

perfil dos alunos e da comunidade escolar que o cerca. Esta afirmativa, também cabe ao professor, pois todas as escolas buscam alcançar uma educação de qualidade. E para que isso aconteça é preciso que exista uma boa gestão escolar. Conhecer o quantitativo de alunos, por exemplo, consiste em uma informação básica que gestores e professores necessitam saber para elaborar o plano de ação pedagógico escolar, traçar objetivos e melhorias para a escola.

Segundo Guimarães (2018), mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, “(...) as informações sociodemográficas são de suma importância no processo de planejamento e tomada de decisão”.

Para o PME/C, Art. 4. Meta 2:

2.23) realizar levantamento das necessidades prediais da rede com base na atual demanda na projeção de crescimento das matrículas e na perspectiva da educação integral, estabelecendo prioridades para a implantação do projeto.

O real conhecimento da interação entre as disposições de crescimento, faixa etária dos discentes das escolas, é determinante para o planejamento das ações a serem implantadas. Para Guimarães (2005, p. 17), “(...) a perfeita compreensão das tendências de distribuição da população por idade e sexo, por exemplo, é de fundamental importância no processo de delineamento e elaboração de políticas voltadas para a melhoria da qualidade”.

3. Aplicabilidade: É imprescindível o “conhecimento” do quantitativo de alunos para a prevenção de acidentes, pois os espaços físicos devem estar preparados para receber a demanda oferecida à comunidade a fim de desenvolver metas que possam minimizar os riscos oferecidos, concluindo-se que, no processo de implantação do projeto não se pode perder de vista os aspectos sociodemográficos de uma escola.

Tabela 5. Perfil Sociodemográfico dos gestores e professores das escolas.

Categorias	Indicadores	*FA (n°)	**FP (%)
Sexo	Feminino	14	70
	Masculino	6	30
Idade (anos)	18 a 25	0	0
	26 a 30	3	15
	31 a 35	3	15
	36 a 40	5	25
	41 a 45	5	25
	46 a 50	3	15
	Mais de 50 anos	1	5
Grau de escolaridade	Superior incompleto	1	5
	Superior de tecnologia	0	0
	Superior pedagogia	1	5
	Superior licenciatura	6	30
	Superior outros Latu sensu em administração escolar	0	0
	2	10	
	Latu sensu em outros cursos	6	30
	Mestrado	4	20
	Doutorado	0	0
Outros	1	5	

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

*FA = Frequência Absoluta: refere-se ao número total de respostas.

**FP = Frequência Percentual: refere-se à percentagem do total de respostas.

A tabela 5 mostra que a maior parte dos respondentes (70%) são mulheres e somente 30% são homens, a maioria com idades que variam dos 36 aos 45 anos (50%), com 15% de 26 a 30 anos, outros 15%, de 31 a 35 anos, mais 15% de 46 a 50 e somente 5% com mais de 50 anos. Quanto à formação acadêmica, a maioria possui curso superior em licenciatura de alguma disciplina (30%), pós-graduação latu sensu (30%) em cursos que não são sobre administração escolar e alguns ainda possuem mestrado (20%).

5.1.2. Verificação das Dimensões e Categorias de Saúde e Qualidade

A seguir verificou-se a aplicabilidade das leis/normas nas dimensões e categorias referentes à saúde e qualidade nas escolas pesquisadas.

Tabela 6. Dimensão Saúde e Qualidade – Categoria Conservação do Prédio e Equipamentos das escolas - Perspectiva dos alunos.

Categorias	Indicadores	*FP (%)
Telhado	Bom	57
	Regular	42
	Ruim	1
Paredes	Bom	65
	Regular	32
	Ruim	3
Janelas	Bom	42
	Regular	48
	Ruim	10
Portas	Bom	28
	Regular	32
	Ruim	40
Piso	Bom	48
	Regular	41
	Ruim	11
Corrimão nas escadas	Sim	50
	Não	38
	Não sei responder	12
Rampas de acesso ou elevadores	Sim	11
	Não	77
	Não sei responder	11
Salas de aula	Bom	51
	Regular	42
	Ruim	6
Banheiros	Bom	19
	Regular	36
	Ruim	44
Quadras esportivas	Bom	53
	Regular	34
	Ruim	12
Instalações elétricas	Bom	45
	Regular	37
	Ruim	16
Instalações hidráulicas	Bom	43
	Regular	42
	Ruim	14

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

*FP = Frequência Percentual: refere-se à porcentagem do total de respostas.

1. Dimensões e categorias

Na tabela 6, foram categorizados alguns dos principais indicadores da qualidade da conservação dos prédios e equipamentos das escolas. O telhado e as paredes foram considerados, pela maioria, em bom estado, respectivamente, 57% e 65%. Assim como o piso (48%), as salas de aula (51%), as quadras esportivas (53%), as instalações elétricas e hidráulicas (45%). Porém, as portas e os banheiros foram considerados em estado ruim de conservação com, respectivamente 40% e 44% das respostas. Nos corredores e áreas comuns (69%). Mas, em contrapartida, 77% consideraram não existem rampas de acesso ou elevadores. A maior parte dos estudantes considerou existente em sua escola o corrimão nas escadas (50%).

2. Referências

Temos como base referencial para análise da Dimensão Saúde e Qualidade – Categoria Conservação do Prédio e Equipamentos das escolas, as NR nº8, NR nº 17 e a Lei nº 2.644/2015.

A NR 8, são normas regulamentadoras criadas pelo MT para cuidar especificamente das Edificações, estabelecendo requisitos técnicos mínimos que devem ser observados nas edificações, para garantir segurança e conforto aos que nelas trabalham, assim como determina o item 8.1 da norma.

NR 8. Item 8.3. Circulação:

8.3.1. Os pisos dos locais de trabalho não devem apresentar saliências nem depressões que prejudiquem a circulação de pessoas.

8.3.2. As aberturas nos pisos e nas paredes devem ser protegidas de forma que impeçam a queda de pessoas ou objetos.

8.3.3. Os pisos, as escadas e rampas devem oferecer resistência suficiente para suportar as cargas móveis e fixas, para as quais a edificação se destina.

8.3.4. As rampas e as escadas fixas de qualquer tipo devem ser construídas de acordo com as normas técnicas oficiais e mantidas em perfeito estado de conservação.

8.3.5. Nos pisos, escadas, rampas, corredores e passagens dos locais de trabalho, onde houver perigo de escorregamento, serão empregados materiais ou processos antiderrapantes.

8.3.6. Os andares acima do solo devem dispor de proteção adequada contra quedas, de acordo com as normas técnicas e legislações municipais, atendidas as condições de segurança e conforto.

NR 8. Item 8.4. Proteção contra intempéries:

8.4.1. As partes externas, bem como todas as que separem unidades autônomas de uma edificação, ainda que não acompanhem sua estrutura, devem, obrigatoriamente, observar as normas técnicas oficiais relativas à: resistência ao fogo; isolamento térmico; isolamento e condicionamento acústico; resistência estrutural; e impermeabilidade.

8.4.2. Os pisos e as paredes dos locais de trabalho devem ser, sempre que necessários impermeabilizados e protegidos contra a umidade.

8.4.3. As coberturas dos locais de trabalho devem assegurar proteção contra as chuvas.

8.4.4. As edificações dos locais de trabalho devem ser projetadas e construídas de modo a evitar insolação excessiva ou falta de insolação.

A NR 17, no item de nº 7.1, visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos indivíduos, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho.

A Lei nº 2.644/2015 determina as ações do PME do Município de Cabo Frio, que tem como uns dos objetivos, garantir metas que determinam a qualidade do ensino, da infraestrutura das escolas:

Art. 4. Meta 2:

2.21) estruturar as escolas do ponto de vista físico de forma a atender com dignidade e respeito às necessidades básicas de toda a comunidade escolar;

2.22) construir, reorganizar e ampliar a infraestrutura predial, de forma a garantir a acessibilidade, também visando a preocupação com a sustentabilidade socioambiental;

2.24) adequar os prédios já existentes à infraestrutura de qualidade estabelecida pelas especificações legais, atendendo dez por cento ao ano, em relação a:

a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;

b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal dos alunos;

c) dependências para preparo e/ou serviço de alimentação;

d) ambiente interno (salas de aula e salas para atividades específicas) e externo (pátio livre, área coberta e quadras esportivas) para o desenvolvimento das atividades escolares;

e) mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos;

Art. 4. Meta 4: garantir a escolarização adequada aos alunos com deficiência, oferecendo-lhes oportunidades para o exercício da cidadania, para a preservação da dignidade humana, para a busca da identidade e para a participação efetiva na sociedade.

4.1) reestruturar os prédios já existentes na Rede Municipal para melhor atender aos alunos dentro das normas de acessibilidade estabelecidas;

4.2) garantir a manutenção das escolas especiais já existentes no Município para atendimento aos alunos que necessitem de atenção individualizada, recursos e apoios intensos e contínuos;

4.3) estabelecer infraestrutura de qualidade das escolas para recebimento e permanência dos alunos com deficiência;

4.4) ampliar a aquisição de equipamentos e materiais necessários e específicos para apoio à aprendizagem dos alunos com deficiência, inclusive através de parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil, voltadas para esse tipo de atendimento;

4.5) fornecer às escolas especializadas equipamentos específicos e materiais indispensáveis e necessários a um funcionamento de qualidade, inclusive através de parcerias com organizações governamentais e da sociedade civil voltada para esse tipo de atendimento;

3. Aplicabilidade: Verificou-se que em relação à conservação do Prédio e Equipamentos, as escolas ainda não oferecem os padrões de qualidade assim como os determinados nas referências.

Tabela 7. Dimensão Qualidade – Categoria Ergonomia. Perspectiva dos alunos, em relação às condições das salas de aula.

Categorias	Indicadores	*FP (%)
São iluminadas	Sim	90
	Não	6
	Não sei responder	2
Cadeiras e mesas	Bom	27
	Regular	52
	Ruim	20

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

*FP = Frequência Percentual: refere-se à porcentagem do total de respostas.

1. Dimensão e categorias

Em relação às condições das salas de aula, estas foram consideradas, pela maioria, como bem iluminadas (90%) e as cadeiras e mesas em estado regular (52%).

2. Referências

Temos como base referencial para análise da Dimensão Segurança Física e Ergonomia – Categoria Interna das escolas, as NR 17.

NR 17. Item 17.5. Condições ambientais:

17.5.1. As condições ambientais de trabalho devem estar adequadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

17.5.3. Em todos os locais de trabalho deve haver iluminação adequada, natural ou artificial, geral ou suplementar, apropriada à natureza da atividade.

17.5.3.1. A iluminação geral deve ser uniformemente distribuída e difusa.

17.5.3.2. A iluminação geral ou suplementar deve ser projetada e instalada de forma a evitar ofuscamento, reflexos incômodos, sombras e contrastes excessivos.

NR 17. Item 7.3/4. Os assentos e mesas utilizados:

17.3.3. Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos de conforto:

- a) altura ajustável à estatura do indivíduo e à natureza da função exercida;
- b) borda frontal arredondada;
- c) encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.

17.4.2. Nas atividades que envolvam leitura, digitação...

- a) deve ser fornecido mobiliário para suporte adequado que possa ser ajustado proporcionando boa postura e visualização.

3. Aplicabilidade: Verificou-se que em relação às condições das salas de aula, as escolas oferecem os padrões de qualidade assim como os determinados nas referências.

5.1.3. Verificação das Dimensões e Categorias de Segurança Física

A seguir verificou-se a aplicabilidade das leis/normas nas dimensões e categorias referentes à segurança física nas escolas pesquisadas.

Tabela 8. Dimensão Segurança Física – Proteção contra incêndio. Aquisição de itens de segurança nas escolas - Perspectiva dos alunos.

Categorias	Indicadores	*FP (%)
Extintor de incêndio nos corredores ou áreas comuns	Sim	24
	Não	33
	Não sei responder	41
Saídas de emergência	Sim	18
	Não	50
	Não sei responder	31
Sistema de alarme de incêndio	Sim	2
	Não	41
	Não sei responder	57

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

*FP = Frequência Percentual: refere-se à porcentagem do total de respostas.

1. Dimensão e categorias

Na tabela 8, a dimensão investigada foi a segurança interna das escolas, nesta análise foi observado que a maioria não soube responder sobre a existência de extintores de incêndio em áreas comuns (41%), assim como para a existência de um sistema de alarme de incêndio (57%).

2. Referências

Temos como base referencial a NR 23, para análise da Dimensão Segurança Física – Categoria Proteção contra incêndio, aquisição de itens de segurança, higiene e saúde das escolas.

De acordo com a NR 23, a proteção contra incêndios é uma das Normas Regulamentadoras que disciplina sobre as regras complementares de segurança e saúde no trabalho previstas no art. 200 da CLT. O referido artigo, especificamente no inciso IV, dispõe sobre a proteção contra incêndio em geral e as medidas preventivas adequadas, com exigências ao especial revestimento de portas e paredes, construção de

paredes contra fogo, diques e outros anteparos, assim como garantia geral de fácil circulação, corredores de acessos e saídas amplas e protegidas, com suficiente sinalização.

NR 23. Item 3.17. Localização e Sinalização dos Extintores:

23.17.1. Os extintores deverão ser colocados em locais:

a) de fácil visualização;

b) de fácil acesso;

c) onde haja menos probabilidade de o fogo bloquear o seu acesso.

23.17.2. Os locais destinados aos extintores devem ser assinalados por um círculo vermelho ou por uma seta larga, vermelha, com bordas amarelas.

23.17.3. Deverá ser pintada de vermelho uma larga área do piso embaixo do extintor, a qual não poderá ser obstruída por forma nenhuma. Essa área deverá ser no mínimo de 1,00m x 1,00m (um metro x um metro).

23.17.4. Os extintores não deverão ter sua parte superior a mais de 1,60m (um metro e sessenta centímetros) acima do piso. Os baldes não deverão ter seus rebordos a menos de 0,60m (sessenta centímetros) nem a mais de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) acima do piso.

23.17.5. Os extintores não deverão ser localizados nas paredes das escadas.

23.17.6. Os extintores sobre rodas deverão ter garantido sempre o livre acesso a

qualquer ponto de fábrica.

23.17.7. Os extintores não poderão ser encobertos por pilhas de materiais.

NR 23. Proteção contra incêndios. Saídas de emergência:

23.2. Os locais de trabalho deverão dispor de saídas, em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança, em caso de emergência.

23.2.1. A largura mínima das aberturas de saída deverá ser de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

23.2.2. O sentido de abertura da porta não poderá ser para o interior do local de trabalho.

23.2.3. Onde não for possível o acesso imediato às saídas, deverão existir, em caráter permanente e completamente desobstruídos, circulações internas ou corredores de acesso contínuos e seguros, com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

23.2.4. Quando não for possível atingir, diretamente, as portas de saída, deverão existir, em caráter permanente, vias de passagem ou corredores, com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) sempre rigorosamente desobstruídos.

23.2.5. As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, indicando a direção da saída.

23.2.6. As saídas devem ser dispostas de tal forma que, entre elas e qualquer local de trabalho não se tenha de percorrer distância maior que 15,00m (quinze metros) nas de risco grande e 30,00m (trinta metros) nas de risco médio ou pequeno.

23.2.6.1. Estas distâncias poderão ser modificadas, para mais ou menos, a critério da autoridade competente em segurança do trabalho e segundo a natureza do risco.

23.2.7. As saídas e as vias de circulação não devem comportar escadas nem degraus; as passagens serão bem iluminadas.

23.2.8. Os pisos, de níveis diferentes, deverão ter rampas que os contornem suavemente e, neste caso, deverá ser colocado um "aviso" no início da rampa, no sentido do da descida.

23.2.9. Escadas em espiral, de mãos ou externas de madeira, não serão consideradas partes de uma saída.

23.3. Portas.

23.3.1. As portas de saída devem ser de batentes ou portas corrediças horizontais, a critério da autoridade competente em segurança do trabalho.

23.3.2. As portas verticais, as de enrolar e as giratórias não serão permitidas em comunicações internas.

23.3.3. Todas as portas de batente, tanto as de saída como as de comunicações internas, devem:

a) abrir no sentido da saída;

b) situar-se de tal modo que, ao se abrirem, não impeçam as vias de passagem.

23.3.4. As portas que conduzem às escadas devem ser dispostas de maneira a não diminuïrem a largura efetiva dessas escadas.

23.3.5. As portas de saída devem ser dispostas de maneira a serem visíveis, ficando terminantemente proibido qualquer obstáculo, mesmo ocasional, que entrave o seu acesso ou a sua vista.

23.3.6. Nenhuma porta de entrada, ou saída, ou de emergência de um estabelecimento ou local de trabalho, deverá ser fechada a chave, aferrolhada ou presa durante as horas de trabalho.

23.3.7. Durante as horas de trabalho, poderão ser fechadas com dispositivos de segurança, que permitam a qualquer pessoa abri-las facilmente do interior do estabelecimento ou do local de trabalho.

23.3.7.1. Em hipótese alguma, as portas de emergência deverão ser fechadas pelo lado externo, mesmo fora do horário de trabalho.

3. Aplicabilidade: Verificou-se que em relação à Aquisição de itens de segurança, higiene e saúde das escolas, as escolas ainda não oferecem os padrões de qualidade assim como os determinados nas referências.

Tabela 9. Dimensão Segurança Física. Prevenção a incêndio - Perspectiva de gestores e professores.

Categorias	Indicadores	*FA (nº)	**FP (%)
Fiscalização dos extintores	Sim	7	35
	Não	2	10
	Não sei responder	11	55
Funcionários aptos a manusear o extintor de incêndio	Sim	4	20
	Não	8	40
	Não sei responder	8	40
Treinamento/instruções para utilização dos extintores de incêndio	Sim	3	15
	Não	12	60
	Não sei responder	5	25
Existe plano de evacuação para casos de emergência	Sim	0	0
	Não	14	70
	Não sei responder	6	30

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

*FA = Frequência Absoluta: refere-se ao número total de respostas.

**FP = Frequência Percentual: refere-se à percentagem do total de respostas.

1. Dimensão e categorias

De acordo com a tabela 9, é possível verificar a percepção dos gestores e professores em relação a duas grandes dimensões: segurança interna e ações preventivas e a capacitação dos funcionários. Quanto à segurança interna, foi possível verificar que a maioria deste público respondente não sabe dizer se existe a fiscalização dos extintores de incêndio (55%), sabe-se que atualmente, o corpo de bombeiros e a vigilância sanitária, exigem que as empresas tenham extintores.

2. Referências

Temos como base referencial para análise da Dimensão Segurança Física – Categoria Interna das escolas, as NR nº23.

Em relação ao manuseio de extintores em situações de emergência, 20% dos funcionários estão aptos para utilizá-los. Uma boa parte destes professores e gestores considera que os funcionários não estão aptos a manusear os extintores de incêndio e não receberam treinamento ou instruções para utilizá-lo (60%). As escolas não possuem plano de evacuação para situações de emergência (70%).

NR 23. Item 23.11. Extintores.

23.11.1. Em todos os estabelecimentos ou locais de trabalho só devem ser utilizados extintores de incêndio que obedeçam às normas brasileiras ou regulamentos técnicos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, garantindo essa exigência pela aposição nos aparelhos de identificação de conformidade de órgãos de certificação credenciados pelo INMETRO.

23.12. Extintores portáteis.

23.12.1. Todos os estabelecimentos, deverão ser providos de extintores portáteis, a fim de combater o fogo em seu início. Tais aparelhos devem ser apropriados à classe do fogo a extinguir.

NR 23. Item 23. Proteção contra incêndios.

23.1. Todos os empregadores devem adotar medidas de prevenção de incêndios, em conformidade com a legislação estadual e as normas técnicas aplicáveis.

23.1.1. O empregador deve providenciar para todos os trabalhadores informações sobre:

a) utilização dos equipamentos de combate ao incêndio;

- b) procedimentos para evacuação dos locais de trabalho com segurança;
- c) dispositivos de alarme existentes.

NR 23. Item 23.8 Exercícios de alerta.

23.8.1. Os exercícios de combate ao fogo deverão ser feitos periodicamente, objetivando:

- a) que o pessoal grave o significado do sinal de alarme;
- b) que a evacuação do local se faça em boa ordem;
- c) que seja evitado qualquer pânico;
- d) que sejam atribuídas tarefas e responsabilidades específicas aos empregados;

23.8.2. Os exercícios deverão ser realizados sob a direção de um grupo de pessoas, capazes de prepará-los e dirigi-los, comportando um chefe e ajudantes em número necessário, segundo as características do estabelecimento.

23.8.3. Os planos de exercício de alerta deverão ser preparados como se fossem para um caso real de incêndio.

NR 23. Item 23.18. Sistemas de alarme de incêndio.

23.18.1. Nos estabelecimentos de riscos elevados ou médios, deverá haver um sistema de alarme capaz de dar sinais perceptíveis em todos os locais do edifício.

23.18.2. Cada pavimento do estabelecimento deverá ser provido de um número

suficiente de pontos capazes de pôr em ação o sistema de alarme adotado.

23.18.3. As campainhas ou sirenes de alarme deverão emitir um som distinto em tonalidade e altura, de todos os outros dispositivos acústicos do estabelecimento.

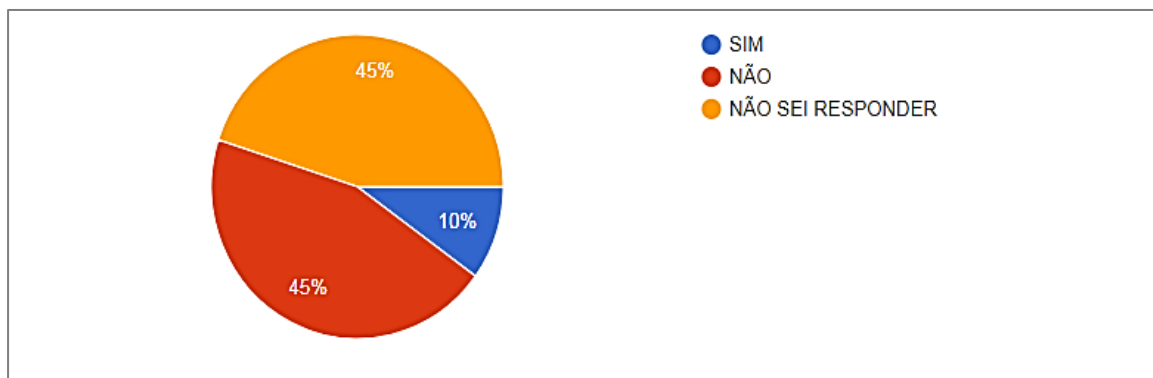
23.18.5. Os botões de acionamento devem ser colocados em lugar visível e no interior de caixas lacradas com tampa de vidro ou plástico, facilmente quebrável. Esta caixa deverá conter a inscrição "Quebrar em caso de emergência".

3. Aplicabilidade: Verificou-se que em relação às condições de segurança física (específicas quanto à incêndio), as escolas não oferecem os padrões de qualidade assim como os determinados nas referências.

5.1.4. Verificação das Dimensões e Categorias de Educação

A seguir verificou-se a aplicabilidade das leis/normas nas dimensões e categorias referentes à Educação nas escolas pesquisadas.

Gráfico 2. Dimensão de Educação. Programa nacional ou estadual/municipal de prevenção de acidentes - Perspectiva de gestores e professores.



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

Tabela 10. Dimensão Educação. Categoria Projetos preventivistas. Perspectiva de gestores e professores.

Categorias	Indicadores	*FA (nº)	**FP (%)
Existem projetos específicos sobre prevenção de acidentes em todos os segmentos	Sim	2	10
	Não	16	80
	Não sei responder	2	10
Existem projetos específicos sobre segurança no trânsito em todos os segmentos	Sim	9	45
	Não	9	45
	Não sei responder	2	10
Existem projetos específicos sobre saúde e ambiente	Sim	17	85
	Não	2	10
	Não sei responder	1	5

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

*FA = Frequência Absoluta: refere-se ao número total de respostas.

**FP = Frequência Percentual: refere-se à percentagem do total de respostas.

1. Dimensão e categorias

No gráfico 2, foi analisada a existência de algum tipo de programa de prevenção de acidente nas escolas. Com base nas respostas, 45% responderam que a escola não possui algum tipo de programa e 45% afirmaram que a escola possui algum tipo de programa. Porém apenas 10% responderam que a escola não possui programas adotados para prevenção de acidentes.

Na tabela 10, quanto à existência de projetos específicos sobre prevenção de acidentes em todos os segmentos 80% de gestores/professores responderam que a escola não desenvolve tais projetos; quanto à segurança no trânsito em todos os segmentos, 45% disseram que existem projetos e outros 45% disseram que não existem projetos, já os projetos específicos sobre saúde e ambiente são realizados na maioria das escolas (85%).

2. Referências

Temos como base referencial para análise da Dimensão Educação, a Lei nº 12.645/2012, que instituiu o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.

Art. 1º Esta Lei institui um dia dedicado à segurança e à saúde nas escolas.

Art. 2º É instituído o dia 10 de outubro como o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.

Parágrafo único. Na data de que trata este artigo, as entidades governamentais e não governamentais poderão, em parceria com as secretarias municipais e estaduais, desenvolver atividades como:

I – palestras;

II – concursos de frase ou redação;

III – eleição de cipeiro (responsável pela CIPA escolar);

IV – visitas em empresas.

A partir da Lei nº 12.645/2012, a FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat e Figueiredo) do Ministério do Trabalho desenvolveu em 2015, uma cartilha de orientações às escolas, pois nessa perspectiva, é importante que o assunto sobre segurança nas escolas não fique restrito ao dia 10 de outubro, mas seja abordado de modo transversal. De acordo com a cartilha, o material foi elaborado em perspectiva integrada e está dividido basicamente em duas seções, uma para os professores (e equipe pedagógica) e outra para os alunos. De acordo com a FUNDACENTRO (2015, p.8). “(...) uma vez que ações de educação podem contribuir para a construção de uma

cultura de prevenção. Para tanto, é fundamental que se adote uma abordagem educativa que propicie a superação do senso comum”.

3. Aplicabilidade: Verificou-se que em relação à Educação (específicas quanto à realização de projetos educacionais), as escolas não oferecem os padrões de qualidade assim como os determinados nas referências.

Tabela 11. Dimensão Educação. Formação de Currículo – Noções de Primeiros Socorros - Perspectiva de gestores e professores.

Categorias	Indicadores	*FA (nº)	**FP (%)
Possui curso de primeiros socorros	Sim	5	25
	Não	15	75
	Não sei responder	0	0
Sente-se apto a aplicar os procedimentos de primeiros socorros em casos de emergência	Sim	3	15
	Não	14	70
	Não sei responder	3	15
Todos professores da educação infantil possuem curso de primeiros socorros	Sim	0	0
	Não	11	55
	Não sei responder	9	45
Todos os professores de educação física da escola possuem curso de primeiros socorros	Sim	6	30
	Não	0	0
	Não sei responder	14	70

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

*FA = Frequência Absoluta: refere-se ao número total de respostas.

**FP = Frequência Percentual: refere-se à porcentagem do total de respostas.

1. Dimensão e categorias

Na tabela 11, quanto à capacitação dos funcionários, os professores e gestores não possuem curso de primeiros socorros (75%), muito menos se sentem aptos a aplicá-los (70%). Nem todos os professores de educação infantil possuem curso de primeiros socorros (55%) e 70% do público respondente não soube dizer se todos os professores de educação física possuem ou não o curso de primeiros socorros.

2. Referência

Temos como base referencial para análise da Dimensão Educação, a Lei nº 9.468/2018, que estabelece a obrigatoriedade do treinamento dos docentes da educação básica e dos ensinos fundamental e médio em técnicas de primeiros socorros.

Art. 1º Esta Lei obriga os estabelecimentos de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica e os estabelecimentos de recreação infantil a promover a capacitação de funcionários em noções básicas de primeiros socorros.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de educação infantil e de educação básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas ou redes de ensino, e os estabelecimentos de ensino e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores ou funcionários em noções de primeiros socorros.

§ 1º O curso deverá ser ofertado anualmente e destinar-se-á à capacitação e/ou à reciclagem de parte dos professores e funcionários das unidades de ensino e recreação a que se refere o caput deste artigo, sem prejuízo de suas atividades ordinárias.

§ 2º A quantidade de profissionais capacitados em cada estabelecimento de ensino ou de recreação será definida em regulamento, guardada a proporção com o tamanho do corpo de funcionários ou com o fluxo de atendimento de crianças e adolescentes no estabelecimento de recreação infantil.

§ 3º A responsabilidade pela capacitação dos professores e funcionários dos estabelecimentos públicos caberá aos respectivos sistemas ou redes de ensino.

Art. 3º Os cursos de primeiros socorros serão ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população, no caso dos estabelecimentos públicos, e por profissionais habilitados, no caso dos

estabelecimentos privados, e têm por objetivo capacitar os professores e funcionários para identificar e agir preventivamente em situações de emergências e urgências médicas, até que o suporte médico especializado, local ou remoto, torne-se possível.

§ 1º O conteúdo dos cursos de primeiros socorros básicos ministrados deverá ser condizente com a natureza e a faixa etária do público atendido nos estabelecimentos de ensino ou de recreação.

§ 2º As unidades de ensino ou de recreação das redes pública e particular deverão dispor de kits de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população.

3. Aplicabilidade: Verificou-se que em relação ao Currículo (específicos à capacidades e habilidades do professor), as escolas não oferecem os padrões de qualidade assim como os determinados nas referências.

5.1.5. Quantitativo de ocorrências e tipos de acidentes físicos

Tabela 12. Quantitativo de ocorrências e Tipos de Acidentes. Perspectiva de gestores e professores.

Categorias	Indicadores	*FA (nº)	**FP (%)
Número de ocorrência de acidentes por semana	Menos de 5	06	30
	5 a 10	03	15
	10 a 15	0	0
	15 a 20	0	0
	Mais que 20	0	0
	Outro	02	10
	Não sei responder	09	45
Ocorrência de acidentes por sexo	Masculino	06	30
	Feminino	01	05
	Não sei responder	13	65
Ocorrência de acidentes por faixa etária	2 a 5	01	05
	5 a 10	04	20
	10 a 15	03	15
	15 a 20	01	05
	Acima de 20 anos	01	05
	Outro	01	05

Políticas Públicas Educacionais:
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar

	Não sei responder	09	45
Tipo de acidente mais comum nos últimos dois anos	Queda (da própria altura)	07	35
	Ferimentos (cortantes e perfurantes)	04	20
	Não sei responder	09	45
Registro de ocorrências de acidentes	Livro ou Ata Oficial	04	20
	Não há registros oficiais	06	30
	Não sei responder	10	50

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

***FA = Frequência Absoluta: refere-se ao número total de respostas.**

****FP = Frequência Percentual: refere-se à porcentagem do total de respostas.**

Na tabela 12, estão relatados os dados sobre o registro dos acidentes ocorridos no ambiente escolar desses gestores e professores interrogados. O relato da maioria dos respondentes é que não sabem dizer quantos acidentes acontecem por semana em suas escolas (45%), mas 30% destes relatam ocorrer menos de 5 acidentes por semana, 15% dizem acontecer de 5 a 10 e 10% optam por outras opções que não as citadas no questionário. A maioria (65%) não soube dizer se quem sofre mais acidentes são homens ou mulheres, porém 30% disseram serem homens e 5% mulheres. Quanto à idade dos alunos acidentados, a maioria dos respondentes não soube dizer (45%), mas 20% relataram que os acidentados possuem de 5 a 10 anos, 15%, de 10 a 15 anos, 5% de 2 a 5 anos, outros 5% de 15 a 20 anos, outros 5% acima de 20 anos e 5% outras idades não citadas.

Os professores e gestores não souberam dizer quais são os acidentes mais comuns (45%), 35% relataram ser a queda da própria altura e 20% ferimentos com objetos cortantes ou perfurantes, para os outros tipos de acidentes não houve nenhum relato. A maioria dos respondentes também não soube dizer onde são registrados esses acidentes (50%), mas 20% relataram ser em livro ou ata oficial e 30% disseram não serem registrados oficialmente.

Tabela 13. Confiabilidade na segurança da escola

Categorias	Indicadores	*FA (n°)	**FP (%)
A escola é segura para alunos e funcionários	Sim	12	60
	Não	00	0
	Talvez	08	40
	Não sei responder	00	00

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel.

Por fim, 60% do público respondente considera a escola segura para seus alunos e funcionários e 40% considera que a escola não é segura e 40% talvez a escola seja segura. Quanto ao nível de confiança dos professores e gestores entrevistados, 90% responderam que escola é um ambiente seguro para alunos e funcionários e 40% responderam que talvez a escola seja um ambiente seguro.

CAPÍTULO VI – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1. Checklist - Verificação da aplicabilidade das normas e leis preventivistas nas escolas pesquisadas

Tabela 14. Panorama final de verificação da aplicabilidade das NRs e Leis brasileiras.

Dimensão/Categorias	Referências (Normas e Leis)	Aplicabilidade das Normas e Leis nas Escolas
Saúde e Qualidade <i>Conservação do Prédio e Equipamentos das escolas; Ergonomia</i>	NR 8 NR 17 PME/CF - Lei 2.644/2015	Não verificada a aplicabilidade das normas e leis.
Segurança Física <i>Aquisição de itens de segurança nas escolas</i>	NR 23	Não verificada a aplicabilidade das normas.
Segurança Física <i>Proteção a incêndio Prevenção a incêndio</i>	NR 23	Não verificada a aplicabilidade das normas.
Educação <i>Programa nacional ou estadual/municipal de prevenção de acidentes; Projetos preventivistas.</i>	Lei nº 12.645/2012	Não verificada a aplicabilidade da lei.
<i>Currículo – Noções de Primeiros Socorros para funcionários</i>	Lei nº 9.468/2018	Não verificada a aplicabilidade da lei.

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Word.

Relembra-se o objetivo geral do presente estudo: identificar quais as principais políticas públicas preventivistas criadas especificamente para os ambientes escolares, a partir do levantamento documental das normas, leis e programas brasileiros que fazem referência aos acidentes físicos; tendo como objetivos específicos a descrição dos principais fatores de riscos nas dimensões de Saúde, Qualidade, Segurança Física, para

melhor análise sobre a aplicabilidade através das referências (normas e leis) sob quais medidas atribuem a prevenção de acidentes físicos. Relembra-se também a inclusão da dimensão Educação, categorizando o currículo dos profissionais do setor e a aplicabilidade de projetos preventivistas no cotidiano escolar.

Foram verificadas três Normas Regulamentadoras que cuidam especificamente da prevenção de acidentes, podendo ser adaptadas ou incluídas para o ambiente escolar. Também no obstante, foram verificadas três Leis com caráter preventivistas que citam diretamente a forma de tratamento e condução das atividades escolar para evitar acidentes físicos.

Analisando as normas/leis e comparando-as com as respostas dos alunos e funcionários, através dos questionários aplicados, verificou-se uma distância considerável entre a teoria e prática. Para verificação da aplicabilidade das normas e leis preventivistas, não houve distinção na análise das respostas de alunos e funcionários de escolas públicas ou privadas, pois as leis não fazem distinção para os tipos de escolas, indivíduos e suas funções. O que se percebe por natureza, é que as escolas particulares possuem estruturas melhores do que as escolas públicas, devido aos investimentos financeiros, porém este não foi fator determinante de qualidade, no que diz respeito à prevenção de acidentes, pois para prevenir acidentes, é necessário uma série de aquisições e ações para tal.

Sendo assim, de acordo com a tabela 14, através do panorama das análises dos resultados, abordando as dimensões citadas específicas para a prevenção de acidentes físicos no ambiente escolar nas categorias: Conservação do Prédio e Equipamentos das escolas; Ergonomia; Aquisição de itens de segurança nas escolas; Proteção a incêndio e Prevenção a incêndio; Aplicação de Programa nacional ou estadual/municipal de prevenção de acidentes e Projetos preventivistas; Currículo – Noções de Primeiros Socorros para funcionários, não foram verificadas efetivamente aplicações das NRs e Leis nas práticas escolas pesquisadas.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa relatou os resultados de investigação que teve como objetivo geral identificar as principais políticas públicas educacionais instituídas especificamente ou que podem ser adaptadas para a prevenção de acidentes físicos nos ambientes escolares. Desta maneira, tais políticas foram encontradas através do levantamento documental: as NRs 8, 17 e 23 (Normas Regulamentadoras) criadas pelo MTE designadas ao ambiente do trabalho, mas que podem ser perfeitamente adaptadas às escolas, pois estas podem ser consideradas locais de circulação de trabalhadores (professores, coordenadores, pedagogos, psicólogos, diretores, inspetores e apoios) e clientes (alunos e comunidade escolar) com riscos próprios e, sobretudo, um ambiente onde se deve aplicar ideias preventivistas; a Lei nº 12.645/2012 que institui um dia nacional dedicado à segurança e à saúde nas escolas, gerando a partir dela, a criação da Cartilha Nacional de Segurança nas Escolas destinada primordialmente a professores e alunos dos ensinos fundamental e médio; o PME (Plano Municipal de Educação), criado pela Lei nº 2.644/2015, contendo a proposta educacional do Município de Cabo Frio, com suas respectivas metas, citando a melhoria da estrutura física das escolas; e por fim a Lei nº 9.468/2018 que institui a obrigatoriedade das escolas de ensino das redes pública e privada voltados à educação infantil e à educação básica capacitarem seus profissionais do corpo docente ou funcional em noções básicas de primeiros socorros.

Com o intuito de validar os resultados, foram definidos objetivos específicos como o levantamento documental dos principais programas educacionais brasileiros de prevenção de acidentes no ambiente escolar, sendo assim, foram relacionados nesta pesquisa: a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes; Programa Criança na Escola; Programa Saúde na Escola; Dia Nacional de Segurança nas Escolas e o Programa Trabalho Seguro. Tais programas colaboram com a mudança de concepção nos atos preventivistas, auxiliando principalmente no debate sociocultural que o país deve adotar nas escolas de todas as suas regiões.

Para realizar a averiguação da aplicabilidade das NRs e Leis brasileiras através das medidas adotadas nas escolas que atribuem a prevenção de acidentes referentes às principais dimensões da Saúde, Qualidade, Segurança e Educação, foi realizado um *checklist* através da triangulação dos dados a partir da aplicação de questionários a alunos e gestores/professores de duas escolas do município de Cabo Frio, localizado no Estado do Rio de Janeiro – Brasil.

A análise dos dados mostrou que atualmente existe uma grande distância entre a teoria (normas e leis) e a prática (ações preventivas). Com isso, não se verificou a efetiva aplicação das normas e leis nas seguintes categorias: Conservação do prédio e equipamentos das escolas; Aquisição de itens de segurança nas escolas; Proteção e prevenção a incêndio; Desenvolvimento de Programa Nacional ou Estadual de prevenção de acidentes/projetos preventivos e Primeiros socorros. Conforme Amaral e Paixão (2007), os acidentes físicos devem ser analisados sob duas perspectivas: os exercícios de ações preventivas como aprendizagem e a inclusão de medidas de primeiros socorros. De fato a análise dos autores é correta quando se investiga a teoria, porém a prática e a verificação de sua aplicação devem ser analisadas de maneira realista, principalmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

O resultado da pesquisa nos remete a uma reflexão mais severa, pois quando se fala de acidentes em escolas, estamos tratando de alunos principalmente na fase infantil e possíveis vítimas. Não há como mensurar os danos, mas há como se prever os riscos. As escolas não podem estar à mercê da lentidão da aprovação das políticas públicas educacionais, pois como mostram os dados estatísticos de acidentes, sejam eles no trabalho, trânsito ou nas escolas, ainda no Brasil os números são consideráveis.

Quanto à mudança na concepção dos alunos em relação aos atos preventivos, o desenvolvimento de projetos educacionais permanentes nas escolas é de extrema importância. Todavia, no que se referem às responsabilidades, os gestores escolares, dentre várias concepções devem ficar atento antes do desenvolvimento de projetos, a

focar no conhecimento das leis de segurança, saúde e qualidade.

O gestor escolar deve apresentar conhecimento em legislação educacional de seu Estado e Município, conhecer as normas de seu sistema e rede de ensino, bem como ser capaz de promover através da sua escola a formação do cidadão, como sujeito participativo, consciente e capaz de, no futuro, solucionar a problemática sociocultural de seu país. Desta forma, é possível criar um “*link*” entre a teoria e a prática, conduzindo a escola a uma reflexão mais consistente e efetiva.

Contudo, a mudança de concepção sobre as ações preventivistas não é apenas trabalho do gestor escolar, toda a comunidade escolar deve integrar-se aos projetos educacionais determinados pelas políticas públicas, pois a escola tem um importante papel, o de permitir que cada aluno desenvolva a capacidade de identificar os principais riscos de acidentes, percebendo, por consequência, situações que possam colocar sua integridade física e das outras pessoas em risco, estabelecendo assim, a possibilidade de gerar atitudes de responsabilidade e solidariedade em questões pertinentes à saúde coletiva. Portanto, observou-se que o caminho é longo, isto é, até a escola desempenhar o seu papel, as leis educacionais preventivistas aplicadas através de um conjunto de políticas deverão ser cuidadosamente analisadas e empregadas com determinação e, assim, estar em consonância com os princípios que regem a educação previstos na LDB e na própria constituição do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, J. J. F.; Paixão, A. C. (2007). *Estratégias de prevenção de acidentes na criança e adolescente*. Revista de Pediatria. Fortaleza, v.8, n. 2, pp.66-72.

Areosa, João (2009). *Do risco ao acidente: que possibilidades para a prevenção?* Revista Angolana de Sociologia, n.4, pp. 39-65.

Areosa, João (2010). *Riscos e Sinistralidade Laboral: Um estudo de caso em contexto organizacional*. Tese de Doutoramento. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa. Portugal.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. 60. ed. Lisboa. Portugal.

Bartunek, J. M. and Seo, M.G. (2002). *Qualitative research can add new meanings to quantitative research*. Journal of Organizational Behavior, v. 23, pp. 237-242.

Bessa, A. G.; Vieira, L. J. E.S. (2001). *Acidentes em crianças no contexto escolar – uma visão do educador*. RECCS, Fortaleza, v. 14, pp. 15-20.

Brasil (1996). *LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília. DF.

Brasil (1997). *CLT. Consolidação das Leis do Trabalho*. Ministério do Trabalho. Art 200, Lei nº 6.514 de 22 de Dezembro de 1997. Brasília. DF.

Brasil (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente saúde*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília. DF.

Brasil (1998). *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF. DF.

Brasil (2001). *Cadastro de acidente do trabalho - Procedimento e classificação*. NBR 14280. ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Brasília. DF.

Brasil (2002). *Projeto promoção da Saúde. Informes Técnicos Institucionais. A promoção da saúde no contexto escolar*. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Revista de Saúde Pública, v. 36, n. 2, pp. 533-535.

Brasil (2005). *Política nacional de redução de morbimortalidade por acidentes e violência*. Portaria MS/GM nº 737 de 16/05/01, publicada no DOU nº 96 seção 1E de 18/05/01/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. – 2.ed.- Brasília: Editora do Ministério da Saúde, p.64.

- Bulmer, M. (1977). *Sociological research methods*. London: Macmillan.
- Carvalho, Telma Cristina P. (2009). *Arquitetura escolar inclusiva: construindo espaço para educação infantil*. Catálogo UFSCAR, São Carlos, SP.
- Cervo, A. L. Bervian, P. (2002). *A. Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Hall. SP.
- Creswell, J. W. (2003). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2ª ed., L. de O. Rocha, Trad. Porto Alegre. RS.
- Escolano, A. (1998). *Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo*. In: Viñao F. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Rio de Janeiro: DPA. pp. 19-57.
- Filócomo, F. R. F. et al. (2002). *Estudo dos acidentes na infância em um pronto socorro pediátrico*. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 10, n. 1, pp. 41-47.
- Freitas, H. M. R. (2000). *Análise léxica e análise de conteúdo: técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exposição de dados qualitativos*. Porto Alegre. RS.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas. SP.
- Gimeniz P.S.R. e tal. (2006). *Estratégias educativas para a prevenção de acidentes infantis para o Ensino Fundamental*. In: Jornada Pedagógica. 2006, Marília. Resumo. Marília: UNESP. SP.
- Hymann, Hebert. (1967). *Planejamento e análise da pesquisa: princípios, casos e processos*. Rio de Janeiro. RJ.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (1996). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas. SP.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. A. (2001). *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas. SP.
- Laville, C.; Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: UFMG. MG.
- Leão, Antônio Carneiro. (1953). *Introdução à administração escolar*. 3ª. Edição. Cia. Editora Nacional. SP.
- Libâneo, José Carlos. (2005). *Educação escolar, políticas, estruturas e organização*. Cortez. 2 ed. SP

Martins, C. B. G.; Andrade, S. M. (2005). *Causas externas entre menores de 15 anos em cidade do Sul do Brasil: atendimentos em pronto-socorro, internações e óbitos*. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, v. 8, n. 2, pp. 1-11.

Minayo, Maria Cecília de Souza. (2009). *Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças*. Revista Brasileira de Educação Médica. nº 33 (1 Supl. 1): pp.83-91; pp. 83-91)

Minozzo, E. L.; Ávila, E. P. (2006). *Escola Segura – Prevenção de acidentes e primeiros socorros*. Porto Alegre. pp. 11-14.

Morin, E. (1996). *A noção de sujeito*. In Schnitman, D. F. (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas. pp. 45-55.

Oliveira, José Antônio P. (2006). *Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas*. Enanpad. RAP Rio de Janeiro, pp. 273-88.

Oliveira, R. A. (2009). *Comportamentos de risco para acidentes em playgrounds: Identificação e opiniões de profissionais da educação infantil*. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília. SP.

Ruiz, João Á. (1996). *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas. SP.

Sena, S. P.; Ricas, J. ; Viana, M. R. A. (2008). *A percepção dos acidentes escolares por educadores do ensino fundamental*. Belo Horizonte. Revista Médica de Minas Gerais, v. 18, pp. 47-54.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 12 tir. São Paulo: Atlas. SP.

Venancio, Maria Alice V. D. (2014). *Prevalência dos Acidentes em Espaço Escolar e Percepção dos Agentes Educativos*. Instituto Politécnico de Viseu. Mestrado em Enfermagem Comunitária. Portugal.

Vergara, Sylvia C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas. RJ.

Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman. RS.

WEBGRAFIA

Abnt. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14280. *Cadastro de acidente do trabalho* - Procedimento e classificação. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.alternativorg.com.br/wdframe/index.php?type=arq&id=MTE2Nw>> Consultado em 30/01/2018.

Abib, Simone C. V. P. (2004). *Fórum de Prevenção de Acidentes com Crianças*. São Paulo. Disponível em <http://criancasegura.org.br/wp-content/uploads/2016/08/10_a.pdf> Consultado em 16/12/2017.

Alves, Alcy. (2003). *Alunos aderem ao seguro escolar*. Revista Mercado Cobertura de Seguros. Diário de Cuiabá. Mato Grosso. Reportagem do dia 29/09/2003. Disponível em <http://wwwold.revistacobertura.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=16535&friurl=-Alunos-aderem-ao-seguro-escolar->> Consultado em 01/02/2018.

Bento, Afonso C. (2017). *O programa Escola Segura: prevenção, proximidade e comunidade*. Centro em Rede de Investigação em Antropologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (CRIA / ISCTE-IUL), Portugal. Disponível em <https://journals.openedition.org/etnografica/492>> Consultado em 03/01/2018.

Brasil (1983). *NRs. Normas Regulamentadoras – NRs 8;17;23*. Portaria nº 33, 27/10/1983. Ministério do Trabalho. Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/legislacao/1983.htm>>. Consultado 18/04/2017.

Brasil (2007). *Programa saúde na Escola – PSE e outras providencias*. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Ministério da Saúde. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm> Consultado em 16/01/2018.

Brasil (2014). *Acidentes do Trabalho*. Previdência Social. AEPS 2013 – Seção IV. Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/aeps-2013-anuario-estatistico-da-previdencia-social-2013/aeps-2013-secao-iv-acidentes-do-trabalho/aeps-2013-secao-iv-acidentes-do-trabalho-tabelas/>> Consultado em 23/01/2018.

Brasil (2018). *Projeto de Lei nº 9.468. Institui o curso de Primeiros Socorros para professores e funcionários*. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9CC2009B1A3FB9BC7FAB887B579B0F53.proposicoesWebExterno2?codteor=1639155&fileame=PL+9468/2018> Consultado em 24/01/2018.

Bruini, Eliane C. (2017). *PPP, escola e cidadania. Política Educacional*. Disponível em <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/ppp-escola-cidadania.htm>> Consultado em 16/12/2017.

Cabo Frio (2017). *Dados Gerais da Cidade de Cabo Frio*. Site Oficial da Prefeitura. Disponível em <http://cabofrio.rj.gov.br/dados-gerais> Consultado em 26/02/2018.

Cabo Frio (2015). *Lei nº 2.644. Aprova o Plano de Educação, no âmbito do Município de Cabo Frio e dá outras providências*. Disponível em <<http://www.semecabofrio.rj.gov.br/semecabofrio/wpcontent/uploads/2017/08/pme2015.pdf>> Consultado em 24/01/2018.

Guimarães, José Ribeiro (2018). A importância do uso das informações sociodemográficas no processo de planejamento. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/joseribeiroguimaraes.htm > Consultado em 30/01/2018.

Likert, Rensis. (1932). *A Technique for the Measurement of Attitudes*. *Archives of Psychology*. pp. 1-55. Disponível em <https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf> Consultado 27/04/18.

Marinho, Iasmin C. (2017). *Políticas Educacionais. Educação*. Infoescola. 2017. Disponível em <<http://www.infoescola.com/educacao/politica-educacional/>> Consultado em 18/12/ 2017.

Mendes, Darcy. (2017). *Acidente do Trabalho*. Publicado em 4 de agosto de 2011. Disponível em <<http://temseguranca.com/acidente-de-trabalho-conceito-legal-e-conceito-prevencionista/>>. Consultado em 05/01/2018.

Portugal. (1999). *Regulamento do Seguro Escolar*. Portaria nº 413/99. Diário da Republica, 1 (132), pp. 3221-3228. Disponível em <www.dgdc.minedu.pt/.../data/.../p_413_99_.pdf> Consultado em 14/01/2018.

Portugal. (2006). *Programa Nacional de Saúde Escolar: Avaliação das condições de segurança, higiene e saúde dos estabelecimentos de educação e ensino*. Circular Normativa nº 12/DSE. Ministério da Saúde, Direção Geral da Saúde. Disponível em <<http://www.dgs.pt/upload/membro.id/ficheiros/i008418.pdf>> Consultado em 06/01/2018.

Portugal. (2012). *Plano de Ação para a Segurança Infantil*. Ministério da Saúde, Direção Geral da Saúde. Lisboa: DGS. Disponível em <http://www.dgs.pt/?cr=22488> Consultado em 07/01/2018.

Portugal. (2013). *Informação sobre acidentes na definição de políticas de segurança*. Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. Disponível em <<http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/ComInf/Noticias/Paginas/PolíticasSeguranca.aspx>> Consultado em 14/01/2018.

Portugal. (2013). *Programa Nacional de Prevenção de Acidentes*. Ministério da Saúde, Direção Geral da Saúde. (2013). Lisboa: DGS. Disponível em <<http://www.dgs.pt/>> Consultado em 07/01/2018.

Ribeiro, Zenildes. (2014). *A História do Prevençionismo*. Publicado em 22 de Maio de 2014. Disponível em <<https://prezi.com/wplunxeui4fj/a-historia-do-prevencionismo-no-brasil/>> Consultado em 15/12/2017.

Tavares, J. M. S. (2011). *Avaliação da percepção do risco associado à segurança por Unicef (2008). World Report on Child*. World Health Organization. Disponível em <http://whqlibdoc.who.int/publications/2008/9789241563574_eng.pdf> Consultado em 02/01/2018.

ANEXOS

Anexo 1. Questionário aplicado aos professores/gestores

Prevenção de acidentes nas escolas. Questionário para professores e gestores

Você está convidado(a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa "POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR", de responsabilidade da pesquisadora Pro^{fa} Caroline Menezes de Oliveira, mestranda no Curso de Gestão e Docência da Educação da Universidade Fernando Pessoa, sob orientação do Prof. Doutor Rui Maia.

Este questionário destina-se aos professores e gestores de escolas públicas e privadas do Município de Cabo Frio, localizado no Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo identificar os principais fatores de riscos nas escolas.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- you are free to, at any moment, refuse to answer the questions that occasionally cause discomfort of any nature;
- you can stop participating in the research and you do not need to present justifications for this;
- there are no certain or wrong answers, for this we request that you answer in a spontaneous and sincere way to all the questions.

Obrigada pela sua colaboração!

*Obrigatório

Identificação do perfil sociodemográfico

1. 1. VOCÊ RESPONDERÁ ESTE QUESTIONÁRIO COMO: *

Marcar apenas uma oval.

- Professor(a) de escola pública
- Professor(a) de escola privada
- Gestor(a) de escola pública
- Gestor(a) de escola privada

2. 2. QUAL O SEU SEXO?

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não dizer
- Outro

3. 3. QUAL A SUA FAIXA ETÁRIA?

Marcar apenas uma oval.

- Entre 18 e 25 anos
- Entre 26 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Entre 41 e 45 anos
- Entre 46 e 50 anos
- Mais de 50 anos

Políticas Públicas Educacionais:
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar

4. 4. QUAL SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

Marcar apenas uma oval.

- Superior incompleto
- Educação superior – Curso Superior de Tecnologia
- Educação Superior – Pedagogia
- Educação Superior – Licenciatura
- Educação Superior – Outros cursos
- Especialização (Lato Sensu) em Administração Escolar
- Especialização (Lato Sensu) em outras áreas
- Mestrado (Stricto Sensu)
- Doutorado (Stricto Sensu)
- Outro

5. 5. QUAL SEU ESTADO CIVIL?

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro(a)
- Casado(a)
- Divorciado(a)
- Viúvo(a)

6. 6. ATUALMENTE MORA EM QUAL CIDADE BRASILEIRA?

Perfil da comunidade escolar

7. 7. QUAL DAS ALTERNATIVAS ABAIXO MELHOR DESCREVE A COMUNIDADE NA QUAL SUA ESCOLA ESTÁ LOCALIZADA

Marcar apenas uma oval.

- Um vilarejo, distrito ou comunidade rural (menos de 3.000 habitantes)
- Uma cidade pequena (de 3.000 a cerca de 15.000 habitantes)
- Uma cidade (de 15.000 a cerca de 100.000 habitantes)
- Uma cidade (de 100.000 a cerca de 1.000.000 de habitantes)
- Uma cidade grande com mais de 1.000.000 de habitantes
- Outro
- Não sei responder

Políticas Públicas Educacionais:
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar

8. 8. QUAL É O NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS NA ESCOLA (NÚMERO DE ALUNOS DE TODOS OS ANOS/SÉRIES)?

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 100 alunos
 Entre 100 e 300 alunos
 Entre 300 e 500 alunos
 Entre 500 e 800 alunos
 Mais de 800 alunos
 Não sei responder

Análise da perspectiva sobre a segurança interna e ações pedagógicas da escola

9. 9. AVALIE OS SEGUINTES ASPECTOS EM RELAÇÃO A AÇÕES PREVENIONISTAS DE SUA ESCOLA

Marcar apenas uma oval por linha.

	SIM	NÃO	NÃO SEI RESPONDER
Os extintores são fiscalizados quanto à validade e sinalizações técnicas emitidas pelo Corpo de Bombeiros?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os funcionários de sua escola estão aptos a utilizar o extintor de incêndio em caso de emergência?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os funcionários receberam algum tipo de treinamento ou instruções em relação à utilização de extintores de incêndio por parte da escola ou equipe de segurança municipal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Em sua escola existe algum plano de evacuação em caso de incêndio ou emergência?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola possui Mapa de Risco elaborado por um Técnico ou Engenheiro do Trabalho?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola trabalha temas ou projetos específicos sobre prevenção de acidentes escolar em todos os segmentos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola trabalha temas ou projetos específicos sobre segurança no trânsito em todos os segmentos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola trabalha temas ou projetos específicos sobre saúde, higiene e sustentabilidade em todos os segmentos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Análise da formação curricular

Políticas Públicas Educacionais:
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar

10. 10. ANÁLISE DAS CAPACITAÇÕES

Marcar apenas uma oval por linha.

	SIM	NÃO	NÃO SEI RESPONDER
Você possui curso de Primeiros Socorros?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Você sente-se apto em aplicar os primeiros socorros em caso de emergência na escola?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Todos os professores de educação infantil de sua escola possuem curso de primeiros socorros?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Todos os professores de educação física de sua escola possuem curso de primeiros socorros?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Análise da aplicabilidade de Programas de Prevenção de Acidentes na escola

11. 11. A ESCOLA EM QUE TRABALHA ADOTA ALGUM PROGRAMA NACIONAL OU ESTADUAL/MUNICIPAL DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES?

Marcar apenas uma oval.

- SIM
 NÃO
 NÃO SEI RESPONDER

Registro de acidentes

12. 12. POR MÉDIA, QUAL O NÚMERO DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTES EM SUA ESCOLA?

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 5 por semana
 5 a 10 por semana
 10 a 15 por semana
 15 a 20 por semana
 Mais que 20 por semana
 Outro
 Não sei responder

13. 13. A MAIORIA DOS ACIDENTES REGISTRADOS EM SUA ESCOLA OCORRE:

Marcar apenas uma oval.

- com alunos do sexo masculino
 com alunos do sexo feminino
 não sei responder

Políticas Públicas Educacionais:
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar

14. 14. QUAL A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NAS OCORRÊNCIAS DE ACIDENTES EM SUA ESCOLA?

Marcar apenas uma oval.

- De 2 a 5 anos
- De 5 a 10 anos
- De 10 a 15 anos
- De 15 a 20 anos
- Acima de 20 anos
- Outro
- Não sei responder

15. 15. QUAL O ACIDENTE MAIS COMUM EM SUA ESCOLA NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

Marcar apenas uma oval.

- Queda (da própria altura)
- Intoxicação (cutânea, oral ou inalatória)
- Queimadura (Química, Térmica e Física)
- Ferimentos (cortantes e perfurantes)
- Afogamento
- Broncoaspiração (esgorgamento)
- Sufocamento (obstrução das vias respiratórias)
- Eletrocussão (choques elétricos)
- Queda (nível elevado)
- Introdução de corpo estranho (ouvido, nariz e boca)
- Outro
- Não sei responder

16. 16. DE QUE FORMA A ESCOLA REGISTRA O NÚMERO DE ACIDENTES?

Marcar apenas uma oval.

- Livro ou Ata Oficial
- Não há registros oficiais
- Não sei responder

17. 17. QUANTO À COMUNICAÇÃO AOS RESPONSÁVEIS DO ACIDENTE OCORRIDO COM O ALUNO NO HORÁRIO ESCOLAR:

Marcar apenas uma oval.

- A escola sempre comunica aos responsáveis
- A escola às vezes comunica aos responsáveis
- A escola nunca comunica aos responsáveis
- Não sei responder

18. 18. VOCÊ CONSIDERA SUA ESCOLA SEGURA PARA ALUNOS E FUNCIONÁRIOS?

Marcar apenas uma oval.

- SIM
- NÃO
- TALVEZ
- NÃO SEI RESPONDER

Anexo 2. Questionário aplicado aos alunos

Prevenção de acidentes nas escolas.

Você está convidado(a) a responder este questionário anônimo que faz parte da coleta de dados da pesquisa "POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR", de responsabilidade da pesquisadora Profª Caroline Menezes de Oliveira, mestranda no Curso de Gestão e Docência da Educação da Universidade Fernando Pessoa, sob orientação do Prof. Doutor Rui Maia.

Este questionário destina-se aos alunos de escolas públicas e privadas do Município de Cabo Frio, localizado no Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo identificar os principais fatores de riscos nas escolas.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza;
- b) você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso;
- c) não existem respostas certas ou erradas, por isso lhe solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões.

Obrigada pela sua colaboração!

*Obrigatório

Identificação do perfil sociodemográfico

1. 1. VOCÊ RESPONDERÁ ESTE QUESTIONÁRIO COMO: *

Marcar apenas uma oval.

- Aluno(a) de escola pública
 Aluno(a) de escola particular

2. 2. QUAL O SEU SEXO?

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino
 Prefiro não dizer
 Outro

3. 3. QUAL A SUA FAIXA ETÁRIA?

Marcar apenas uma oval.

- Entre 10 e 12 anos
 Entre 13 e 15 anos
 Entre 16 e 18 anos
 Mais de 18 anos

4. 4. ATUALMENTE VOCÊ MORA EM QUAL CIDADE BRASILEIRA ?

Análise da perspectiva do aluno sobre a qualidade das estruturas físicas da escola

5. 5. AVALIE O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE SUA ESCOLA E EQUIPAMENTOS

Marcar apenas uma oval por linha.

	BOM	REGULAR	RUIM
Telhado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Paredes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Janelas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Portas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Piso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cadeiras e mesas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Corredores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Salas de aula	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Banheiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quadras esportivas e/ou áreas de lazer	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações elétricas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Instalações hidráulicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ar condicionado / Ventilador	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Análise da perspectiva do aluno sobre a segurança interna da escola

Políticas Públicas Educacionais:
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar

6. 6. AVALIE OS SEGUINTE ASPECTOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA INTERNA DA ESCOLA

Marcar apenas uma oval por linha.

	SIM	NÃO	NÃO SEI RESPONDER
Há extintores de incêndio nos corredores ou próximo a áreas comuns?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há corrimãos nas escadas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem rampas de acesso ou elevadores para alunos com necessidades especiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem lixeiras para separar materiais recicláveis e lixo orgânico?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há saídas de fácil acesso em caso de emergência?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem câmeras de monitoria ou circuito interno de segurança nas salas de aula?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem câmeras de monitoria ou circuito interno nos corredores e áreas comuns?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe sistema de alarme de incêndio?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem muros, grades ou cercas em condições de garantir a segurança dos alunos? (Caso existam buracos ou aberturas que permitam o acesso de estranhos, responder NÃO.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe controle de entrada e saída de alunos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe controle de entrada de pessoas estranhas na escola?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os portões que dão acesso à parte externa permanecem trancados durante o horário de funcionamento da escola?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há inspetores de alunos ou funcionário para vigilância de corredores, pátios e áreas comuns?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. 7. AVALIE OS SEGUINTE ASPECTOS EM RELAÇÃO ÀS SALAS DE AULA

Marcar apenas uma oval por linha.

	SIM	NÃO	NÃO SEI RESPONDER
São iluminadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São arejadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Possuem lixeira	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Análise da perspectiva do aluno sobre a segurança externa da escola

Políticas Públicas Educacionais:
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar

8. 8. AVALIE OS SEGUINTE ASPECTOS EM RELAÇÃO À SEGURANÇA EXTERNA DA ESCOLA

Marcar apenas uma oval por linha.

	SIM	NÃO	NÃO SEI RESPONDER
Os portões que dão acesso à parte externa permanecem trancados durante o horário de funcionamento da escola?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe algum tipo de vigilância pública ou particular para o período diurno?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe algum tipo de vigilância pública ou particular para o período noturno?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há algum esquema de policiamento para inibição de furtos, roubos e outras formas de violência nos arredores da escola?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existe uma boa iluminação do lado de fora da escola?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola adota alguma medida de segurança para proteger os alunos nas suas imediações?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Há guarda de trânsito para orientar os alunos nas ruas e avenidas nas imediações da escola?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Análise da perspectiva do aluno sobre as ações de prevenção de acidentes aplicadas na escola.

9. 9. AVALIE O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO DE ACIDENTES:

Marcar apenas uma oval por linha.

	SIM	NÃO	NÃO SEI RESPONDER
A escola trabalha temas ou projetos sobre prevenção de acidente escolar?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola trabalha temas ou projetos sobre segurança no trânsito?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola trabalha temas ou projetos sobre saúde, higiene e sustentabilidade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A escola trabalha temas ou projetos sobre prevenção de acidentes em sua residência?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Investigação de acidentes

(Considere acidente um evento inesperado e indesejável que causa qualquer dano físico)

10. 10. VOCÊ JÁ SOFREU ALGUM ACIDENTE NO TRAJETO DE CASA PARA A ESCOLA OU DE SUA ESCOLA PARA CASA?

Marcar apenas uma oval.

- SIM
 NÃO

Anexo 3. Autorizações para aplicação dos questionários.



CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

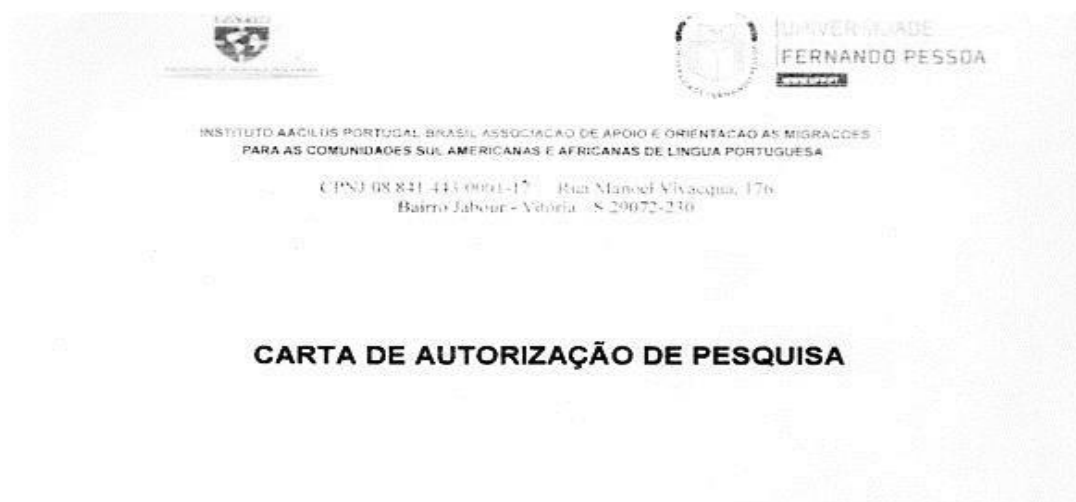
Eu, Paulo Roberto M. A. Filho, diretor responsável pela instituição Centro Educacional Municipal Prof Marli Capp (localizada no 2º Distrito de Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro), tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada: "POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR" sob responsabilidade da Professora Pesquisadora Caroline Menezes de Oliveira, mestranda no Curso de Gestão e Docência da Educação pela Universidade Fernando Pessoa, sob orientação do Prof. Doutor Rui Maia.

A pesquisa será encaminhada através da aplicação de questionário anônimo *on line* e escrito para alunos e professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, durante 15 dias a partir desta data.

Cabo Frio, 20 de Março de 2018


Paulo Roberto Filho
Diretor Geral
Matrícula: 151865
MEC/047091
Paulo Roberto M. A. Filho
(Direção Escolar)

Políticas Públicas Educacionais:
Normas e Leis Brasileiras para a Prevenção de Acidentes Físicos no Ambiente Escolar



CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Leniz Magalhães, diretora responsável pela instituição educacional Escola Terra dos Papagaios (localizada no 2º Distrito de Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro), tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada: "POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR" sob responsabilidade da Professora Pesquisadora Caroline Menezes de Oliveira, mestranda no Curso de Gestão e Docência da Educação pela Universidade Fernando Pessoa, sob orientação do Prof. Doutor Rui Maia.

A pesquisa será encaminhada através da aplicação de questionário anônimo *on line* e escrito para alunos e professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, durante 15 dias a partir desta data.

Cabo Frio, 20 de Março de 2018


Leniz Magalhães
(Direção Escolar)

Leniz Magalhães Souza
Diretora
ETP N° 907